

2ª Jornada de Iniciação Científica da Fundação Casa de Rui Barbosa

Agosto 2007

Programação e resumos



Fundação Casa de Rui Barbosa



ÍNDICE

Apresentação	05-06
Programação	07-10
Resumos	11-74

Alice de Oliveira Ewbank
“Elementar, meu caro Watson”, mas nem tanto...
Orientadora: Marta de Senna

Ana Carolina Fiúza
Aspectos da legislação cultural: o Brasil e a Unesco
Orientadora: Lia Calabre

Bianca Rodrigues de Marco
Acervos literários brasileiros: Nestor Vitor
Orientadora: Eliane Vasconcellos

Carla Silva do Nascimento
**A espada e o riso: a questão militar na crise do Império pelo olhar de
Ângelo Agostini (1886-1887)**
Orientadora: Maria da Conceição Francisca Pires

Débora Magalhães Cunha Rodrigues
Melancolia em Machado de Assis
Orientadora: Mônica Pimenta Velloso

Irene Costa
**A correspondência de Dalcídio Jurandir: a importância da pesquisa
para uma boa descrição do acervo**
Orientadora: Soraia Reolon Pereira

2ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB – 2º semestre de 2007.

Lisardo Lopes Gonzáles

Vocabulário histórico-cronológico do português medieval: acréscimos, correções, exclusões

Orientadora: Ivette Maria Savelli

Lucas Hippolito von der Weid

Para compreender a nova história cultural

Orientador: Antonio Herculano

Luísa da Silva Kaufman

Elaboração de bibliografia sobre Rui Barbosa

Orientadoras: Laura do Carmo e Rejane de Almeida Magalhães

Márcio Verani

A constituição da República – projetos e discursos no Congresso Constituinte de 1890

Orientador: Christian Lynch

Maria Clara Antonio Jerônimo

Como se livrar de uma acusação com algumas notas

Orientadora: Laura do Carmo

Maria Cristina Antonio Jerônimo

Para uma edição comentada das crônicas de Artur Azevedo publicadas em *A Notícia*

Orientadoras: Flora Sússekind e Rachel Valença

Miriane da Costa Peregrino

Os arquivos nas publicações do Conselho Federal de Cultura

Orientadora: Lia Calabre

Monique Sá Teixeira Leite

Contribuições para a organização de um volume de textos de e sobre Rui Barbosa

Orientadora: Marta de Senna

2ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB – 2º semestre de 2007.

Paula Roberta Gomes da Silva

A organização do acervo de Dalcídio Jurandir: pistas sobre o processo de criação de seus romances

Orientadora: Soraia Reolon Pereira

Pedro Krause Ribeiro

O *Amplexo*: triunfos de um Brasil moderno

Orientador: Luiz Guilherme Sodré Teixeira

Rafael de Castro Nogueira

Tratamento do arquivo do Conselho Federal de Cultura

Orientadora: Lia Calabre

Raul Loureiro De Bonis Almeida Simões

Indústrias culturais: a análise dos relacionamentos na cadeia produtiva do livro

Orientadora: Lia Calabre

Renata Silva Santos

Acervos literários brasileiros: Silveira Neto

Orientadora: Eliane Vasconcellos

Robertha Pedroso Triches

***Identities contrastivas*: a inserção do português na Primeira República**

Orientadora: Isabel Lustosa

Vanessa Barbosa do Nascimento

A língua nacional e a educação na formação do Império do Brasil

Orientadora: Ivana Stolze Lima

Vanessa Carneiro da Paz

Estado e cultura nos governos militares: o caso do Conselho Federal de Cultura (1966-74)

Orientadora: Lia Calabre



APRESENTAÇÃO

O Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa foi criado em 1952, por iniciativa de Thiers Martins Moreira, abrangendo, além, é claro, das pesquisas ruianas, as áreas de Direito e Filologia, com apoio na documentação jurídica e na rica biblioteca de Rui Barbosa. Afora importantes estudos e edições, como a *Bibliografia brasileira de Direito Constitucional* ou as *Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil*, de Antenor Nascentes, cabe mencionar ainda os estudos pioneiros sobre literatura de cordel, aqui realizados e publicados por Manuel Diegues Júnior e Manuel Cavalcanti Proença, a partir da rica coleção de folhetos então incorporada ao acervo bibliográfico.

Em 1966, a Casa de Rui Barbosa foi transformada em Fundação. No decreto de sua criação, foram definidos entre seus objetivos a pesquisa e a divulgação científica e literária; uma de suas finalidades seria o desenvolvimento da pesquisa, da cultura e do ensino.

A partir de 1972 foram iniciadas novas atividades – como exposições, cursos, conferências e seminários, reunindo expositores nacionais e estrangeiros, além dos concertos e recitais que se realizavam nos salões do museu – que passaram a dar visibilidade nacional à instituição, tornando-a uma referência na nossa vida cultural. Nesse mesmo ano foi criado o Arquivo-Museu de Literatura Brasileira, que passou a reunir os arquivos de diversos autores nacionais, como Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Pedro Nava, Clarice Lispector e muitos outros. No final de 1975 foi criado o Setor de História, que se propunha a desenvolver pesquisas históricas centradas no final do império e primeiro período republicano, época de atuação de Rui Barbosa, utilizando o rico arquivo do patrono.

Reestruturado a partir de 1976, o Centro de Pesquisa passou a desenvolver projetos que resultaram em inúmeras publicações, na organização de seminários e ciclos de palestras e na participação dos pesquisadores da FCRB em encontros acadêmicos nacionais e internacionais.

Desde 1980 os diversos setores do Centro de Pesquisa vêm promovendo um sem-número de eventos acadêmicos e científicos, entre seminários, colóquios, simpósios, ciclos de palestras, nacionais e internacionais, quase sempre com o apoio de agências de fomento, como Capes, Faperj e CNPq. A partir de 2002 o Centro conta ainda com um Setor de Estudos de Política Cultural, com grande visibilidade externa e decisiva contribuição às incipientes pesquisas na área.

Em todos os campos de abrangência do Centro a preocupação com a formação de mão-de-obra especializada em pesquisa é uma prioridade. O programa de estágio supervisionado data de 1978, quando foi firmado o primeiro convênio



para seleção de estudantes de graduação que participariam de projetos de pesquisa sob a supervisão de pesquisadores, já que a atividade de coordenação de projetos e orientação de bolsistas constituiu sempre um dos tópicos da avaliação semestral dos pesquisadores, hoje obrigatória para a carreira de Ciência e Tecnologia. Dentre os estagiários do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa, muitos se tornaram profissionais reconhecidos nacional e internacionalmente.

Atualmente a Casa de Rui Barbosa conta com bolsistas mantidos com recursos próprios, com o convênio firmado com a Faperj e com uma cota de dez bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do CNPq, onde temos tido avaliação máxima desde a inclusão do Centro de Pesquisa no programa.

O conjunto dessas ações constitui o Programa de Iniciação Científica da Casa de Rui Barbosa, do qual esta II Jornada de Iniciação Científica faz parte. Como prova da importância atribuída ao evento e da seriedade com que o encaramos, temos a satisfação de lançar, publicado em nossa série Papéis Avulsos, o primeiro Caderno de Iniciação Científica, com os trabalhos premiados na jornada 2005-2006, realizada em agosto passado. É uma forma de estimular os bolsistas e a familiarizá-los com a sadia prática de associar a avaliação pelos pares ao prêmio de publicação, tão importante como coroamento da atividade de produção de conhecimento.

Os bons frutos que temos colhido desde a implantação do programa se deve em grande parte ao Comitê Institucional de Iniciação Científica, composto neste período 2006-2007 pelas pesquisadoras Marta de Senna, Eliane Vasconcelos e Ivana Stolze Lima, esta última coordenadora institucional do Programa, que conta ainda com a coordenação administrativa de Marília Lutfi. Também ao corpo de pesquisadores deste Centro, por seu empenho e seriedade nas tarefas trabalhosas de orientação e acompanhamento dos bolsistas, se deve atribuir, sem dúvida, o bom resultado alcançado.

Aos jovens bolsistas, que trouxeram à nossa sisuda atividade de pesquisa um sopro de irreverência, de questionamento, de entusiasmo e de alegria, desejamos muito sucesso na carreira que se inicia sob tão bons auspícios.

Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, julho de 2007.

Rachel Valença

Diretora do Centro de Pesquisa



PROGRAMAÇÃO

2ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB

02 de agosto de 2007

Local: Sala de cursos

Abertura 8h30min

José Almino de Alencar (Presidente da FCRB)

Rachel Valença (Diretora do Centro de Pesquisa da FCRB)

Ivana Stolze Lima (Coordenadora do Programa de Iniciação Científica)

Sessão 1 9:00 às 10:30

Avaliador: Fernando Lattman-Weltman (Cpdoc/FGV e PUC-Rio)

Coordenador: Maurício Siqueira (FCRB)

9h

“A constituição da República – projetos e discursos no Congresso Constituinte de 1890”

Márcio Verani (Direito /IBMEC)

Orientador: Christian Lynch

9h10min

“Indústrias culturais: a análise dos relacionamentos na cadeia produtiva do livro”

Raul Loureiro De Bonis Almeida Simões (Engenharia de Produção/UERJ)

Orientadora: Lia Calabre

9h20min

“Estado e cultura nos governos militares: o caso do Conselho Federal de Cultura”

Vanessa Carneiro da Paz (História/UFF)

Orientadora: Lia Calabre

9h30min

“Os arquivos nas publicações do Conselho Federal de Cultura”

Miriane da Costa Peregrino (Arquivologia/UFF)

Orientadora: Lia Calabre

9h40min

“Tratamento do arquivo do Conselho Federal de Cultura”

Rafael de Castro Nogueira (Arquivologia/UFF)

Orientadora: Lia Calabre



9h50min

“Elaboração de bibliografia sobre Rui Barbosa”

Luísa da Silva Kaufman (História/UFF)

Orientadora: Laura do Carmo

10h – 10h20min - **Debate**

Sessão 2 10:30-12:00

Avaliadora: Martha Abreu (UFF)

Coordenadora: Joëlle Rouchou (FCRB)

10h30min

“Contribuições para a organização de um volume de textos de e sobre Rui Barbosa”

Monique Sá Teixeira Leite (História/PUC-Rio)

Orientadora: Marta de Senna

10h40min

“O *Amplexo*: triunfos de um Brasil moderno”

Pedro Krause Ribeiro (História/UFF)

Orientador: Luiz Guilherme Sodré Teixeira

10h50min

“Identidades contrastivas: a inserção do português na Primeira República”

Robertha Triches (História/UFF)

Orientadora: Isabel Lustosa

11h

“Para compreender a nova história cultural”

Lucas Hippolito von der Weid (História/UFF)

Orientador: Antonio Herculano Lopes

11h10min

“Melancolia em Machado de Assis”

Débora Magalhães Cunha Rodrigues (História/UFRJ)

Orientadora: Mônica Pimenta Velloso



2ª Jornada de Iniciação Científica da FCRB – 2º semestre de 2007.

11h20min

“A língua nacional e a educação na formação do Império do Brasil”

Vanessa Barbosa do Nascimento (História/PUC-Rio)

Orientadora: Ivana Stolze Lima

11h30min

"A espada e o riso: a questão militar na crise do Império pelo olhar de Ângelo Agostini (1886-1887)

Carla Silva do Nascimento (História – UFRJ)

Orientadora: Maria da Conceição Francisca Pires

11h40min-12h – **Debate**

12h-13:30h – Intervalo para almoço

Sessão 3 13:30- 15:00

Avaliadora: Teresa Cerdeira (UFRJ)

Coordenadoras: Marta de Senna e Ivana Stolze Lima (FCRB)

13h:30min

“Elementar, meu caro Watson”, mas nem tanto...

Alice de Oliveira Ewbank (História/UFF)

Orientadora: Marta de Senna

13h40min

“Para uma edição comentada das crônicas de Artur Azevedo publicadas em *A Notícia*”

Maria Cristina Antonio Jerônimo (Letras/UFF)

Orientadoras: Rachel Valença e Flora Süsseskind

13h50min

“Vocabulário histórico-cronológico do português medieval: acréscimos, correções, exclusões”

Lisardo Lopes Gonzáles (Letras/UERJ)

Orientadora: Ivette Maria Savelli

14h

“Como se livrar de uma acusação com algumas notas”

Maria Clara Antonio Jerônimo (Letras/UERJ)

Orientadora: Laura do Carmo



14h10min

“Acervos literários brasileiros: Nestor Vítor”
Bianca Rodrigues de Marco (Letras/UFRJ)
Orientadora: Eliane Vasconcellos

14h20min

“Acervos literários brasileiros: Silveira Neto”
Renata Silva Santos (Letras/PUC-Rio)
Orientadora: Eliane Vasconcellos

14h30min

“A correspondência de Dalcídio Jurandir: a importância da pesquisa para uma boa descrição do acervo”
Irene Costa (Letras/UFRJ)
Orientadora: Soraia Reolon Pereira

14h40min

“A organização do acervo de Dalcídio Jurandir: pistas sobre o processo de criação de seus romances”
Paula Roberta Gomes da Silva (Letras/UFRJ)
Orientadora: Soraia Reolon Pereira

14h50min-15:30 - Debate

15:30-16:00 - Palestra de encerramento - Os trabalhos e os dias na iniciação científica - Eduardo Coelho (doutorando pela Faculdade de Letras da UFRJ e editor da Língua Geral).



RESUMOS

“Elementar, meu caro Watson”, mas nem tanto...

Alice de Oliveira Ewbank (História/UNIRIO)

Projeto: Índice analítico das citações e alusões na ficção de Machado de Assis

Orientadora: Marta de Senna (Setor Ruiano)

Bolsista PIBIC/CNPq

Numa leitura superficial da obra de Machado de Assis, o leitor pode passar, desatento, pelas inúmeras alusões e citações contidas em sua ficção. Sem se dar conta, perde parte da idéia da narrativa conduzida tão sabiamente por Machado. Isso porque, freqüentemente, as alusões contidas em suas obras remetem a lugares muito mais distantes do que sonha a nossa vã filosofia, a demonstrar que Machado não era apenas um escritor, era também um vasto conhecedor da literatura, da cultura, da política, da religião, da geografia, e da história, todas em caráter universal.

Desde 2005, a pesquisadora Marta de Senna vem trabalhando em um projeto de cadastramento dessas referências que se encontram nos romances e contos de Machado. Para isso, dispôs da ajuda do técnico em informática Eduardo Pinheiro Costa, que criou um banco de dados eletrônico, no qual são cadastrados os registros, além da cooperação de duas bolsistas de Iniciação Científica.

Na base de dados, as referências são cadastradas de acordo com o campo a que remetem: AUTOR, FONTE, REFERÊNCIA: CITAÇÃO/ALUSÃO, PERSONAGEM, FATO/PERÍODO, LUGAR, além do mecanismo de busca TRECHO DA OBRA CONTÉM. A finalidade desse projeto é possibilitar uma leitura mais enriquecedora da obra machadiana. Para que esse trabalho possa ser utilizado com o máximo de aproveitamento, a base deverá estar acessível para consulta na Internet a partir do início de 2008.



A minha atuação como bolsista consistiu na pesquisa de dados explicativos sobre as referências contidas na obra do autor, na participação no cadastramento para a base e na definição e correção dos critérios de indexação para a mesma. Minha atividade se desenvolveu, fundamentalmente, na pesquisa de dados explicativos sobre as referências contidas na obra do autor. Com este fim, realizei várias idas a bibliotecas cujo acervo nos interessava em algum aspecto.

Durante este período de quase um ano (desde agosto de 2006) integrando o projeto *Índice analítico das citações e alusões na ficção de Machado de Assis*, realizei muitas leituras, a começar pelos nove romances e sete livros de contos do autor (incluindo a coletânea *Outros contos*, em que a editora Aguilar reuniu contos publicados por Machado em periódicos, mas inéditos em livro). Além disso, li cerca de seis livros sobre Machado e sobre a época em que viveu e escreveu, relacionados abaixo, na bibliografia.

Como contribuição para o projeto, foram de grande valia as informações contidas na Internet, utilizadas com a devida cautela por causa da enorme quantidade de dados falsos que circulam na rede. É difícil encontrar informações adicionais (um dos campos da base de dados) para muitas das alusões presentes na obra machadiana, não só por algumas pertencerem a um tempo passado do qual muitas vezes não ficaram registros, mas, sobretudo, pela gama enorme de referências da qual ele se utiliza. Para citar apenas um exemplo, uma fonte encontrada na Internet e de grande importância para o banco de dados foi a obra digitalizada *Memórias da Rua do Ouvidor*, de Joaquim Manuel de Macedo, onde figuram os mais famosos estabelecimentos (dos quais Machado fala diversas vezes) da rua que se celebrizou, no século XIX, como a rua dos elegantes.

Acredito que minha participação no *Índice analítico das citações e alusões na ficção de Machado de Assis* venha sendo mais valiosa em dois aspectos específicos: minha relativa facilidade de leitura em francês e em inglês, que amplia o leque de possibilidades de consulta a obras da própria biblioteca de



Machado de Assis, como os livros *Essais Choisis*, de Charles Lamb, e *Histoire du Mahoméanisme contenant la vie et les traits du caractère du prophète arabe*, de Charles Mills, que permitiram a decifração de dois "enigmas" da obra de Machado; e o fato de a minha graduação ser em História, o que facilita a busca de informações históricas, especificamente História do Brasil no século XIX, incluindo aí a história cultural, principalmente a do Rio de Janeiro, tópico recorrente na busca de informações para complementar o banco de dados.

Referências bibliográficas

- ASSIS, Machado de. *Obras completas*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1974, 3 v.
- MASSA, Jean Michel. *A juventude de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *Dispersos de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.
- MONTEIRO, Pedro Meira. *Oui, mais il faut parler*: fidelidade e dúvida no *Memorial de Aires*. Texto apresentado no X Congresso da ABRALIC, em 03/08/2006, divulgado de forma restrita em meio eletrônico.
- PASSOS, Gilberto Pinheiro. *A poética do legado*: presença francesa em *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Annablume, 1996.
- _____. *O Napoleão de Botafogo*: presença francesa em *Quincas Borba* de Machado de Assis. São Paulo: Annablume, 2000.
- _____. *Capitu e a mulher fatal*: análise da presença francesa em *Dom Casmurro*. São Paulo: Nankin Editorial, 2003
- _____. *As sugestões do Conselheiro*: presença francesa em *Esau e Jacó* e em *Memorial de Aires*. São Paulo: Ática, 1996.
- SENNÁ, Marta de. *Alusão e zombaria*: considerações sobre citações e referências na ficção de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003.
- _____. A lógica da substituição. In SARAIVA, Juracy (org.) *Nos labirintos de Dom Casmurro*: ensaios críticos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- SOUZA, Sílvia Cristina Martins de. *As noites do Ginásio*: teatro e tensões culturais na Corte (1832-1868). Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.



Aspectos da legislação cultural: o Brasil e a Unesco

Ana Carolina Fiúza (História – PUC/RJ)

Projeto: Política cultural: Memória e História. Legislação.

Orientador: Lia Calabre (Setor de Estudos de Política Cultural)

Bolsista PIBIC/CNPq

Com a ampliação dos debates na esfera pública da área cultural, promovida sobretudo por organismos internacionais, conflitos de interesses são evidenciados. A legislação cultural aparece como instrumento capaz de solucionar os impasses surgidos. Ela propicia a operacionalização cotidiana dos direitos culturais, isto é, defende os bens culturais enquanto patrimônio de quem os possui. No livro *Estado e Cultura no Brasil*, Sergio Miceli inaugura algumas discussões ainda hoje em aberto no campo das políticas culturais. Aquela que, para minha pesquisa, se tornou mais relevante foi relativa ao papel do Estado e da sociedade civil no desenvolvimento do processo cultural. Se para garantir a eficiência e a continuidade de uma política cultural é necessário que haja a presença nítida da administração pública, por outro lado, é preciso que se leve em conta as especificidades do processo cultural como um todo e, nesse sentido, a sociedade civil torna-se fundamental como *locus* de manifestação e produção de cultura.

O setor cultural pode ser um instigante campo de observação dos modelos de política de governo adotados pelos diferentes governantes. Se durante a ditadura militar a cultura era uma área crucial para a manutenção do regime e era controlada com rigidez, no governo de Collor ela foi destituída de seu papel primordial nas políticas públicas. Nesse momento, foi extinto o então recente Ministério da Cultura, assim como muitos outros órgãos culturais. No governo seguinte de Fernando Henrique Cardoso, o Ministério da Cultura foi reativado. No entanto, a política do Estado voltou-se para o incentivo da participação da



iniciativa privada no processo cultural, eximindo o Estado de algumas obrigações que antes lhe eram atribuídas. Percebe-se a enorme preocupação da legislação cultural brasileira com as Leis de Incentivo Fiscal, que tornariam o terreno cultural fértil para o investimento da empresa privada. Porém, a questão mais preocupante, para a qual Isaura Botelho chama a atenção, é a falta de continuidade das políticas públicas de cultura. Seja como espelho do modelo de governo adotado, seja como forma de negar os governos anteriores, essa descontinuidade no setor cultural faz com que as políticas de cultura não gerem resultados estruturais a longo prazo e, simultaneamente, deslegitimam o campo da cultura na sua esfera pública.

Este trabalho tem como principal objetivo o de estabelecer relações entre a legislação cultural brasileira e as convenções internacionais acordadas por meio da UNESCO. A questão da diversidade cultural está no foco das discussões tanto no âmbito nacional como no internacional, pois num mundo em que o processo de globalização se intensifica, a valorização das especificidades culturais se faz cada vez mais necessária.

O Escritório da UNESCO no Brasil é constantemente procurado para tratar de assuntos referentes à diversidade cultural. Além de referir-se ao desequilíbrio entre países no que diz respeito à produção e ao consumo de produtos culturais, esse tema levanta a questão acerca dos direitos humanos e das minorias, colocando a cultura como uma forma de combater a discriminação e a conseqüente desigualdade social. Esforços têm sido feitos visando a ratificação da recém-aprovada Convenção para a Diversidade Cultural e espera-se a contribuição da UNESCO para a avaliação do impacto sobre as relações comerciais que envolvem serviços e bens culturais. Para finalizar, é preciso ainda ressaltar a relação entre cultura e desenvolvimento, que parece ser um dos nichos de maior valor estratégico para a UNESCO no Brasil. A respeito disso, dois pontos centrais podem ser identificados: o impacto econômico da cultura e a Convenção sobre a Diversidade Cultural.



Em relação ao primeiro, pouco foi feito para avaliar o potencial brasileiro nesse campo. A UNESCO poderia apoiar os esforços das instituições públicas para a criação de bancos de dados e de um sistema permanente de avaliação. Já em relação à Convenção sobre a Diversidade Cultural, espera-se a assistência de agentes internacionais no campo do artesanato tradicional, das pequenas manufaturas, da moda e do design, assim como a legitimação dos projetos locais (em oposição aos federais) através da mediação das abordagens adotadas pelas diversas instituições participantes. Assim, busca-se fortalecer os vínculos entre o artesanato e a salvaguarda do patrimônio cultural tangível e intangível.

Referências Bibliográficas

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural, 1976-1990*.

Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.

MICELI, Sérgio (org). *Estado e Cultura no Brasil*. São Paulo: Difel/Idesp, 1984.

http://www.unesco.org.br/areas/cultura/index_html/mostra_documento



Acervos literários brasileiros: Nestor Vitor
Bianca Rodrigues de Marco (Letras/UFRJ)

Projeto: Acervos literários brasileiros: Nestor Vitor.

Orientadora: Eliane Vasconcellos

Bolsista CNPq – PIBIC. (março/2007 a agosto/2007)

Nestor Vitor foi o crítico do Simbolismo em nossas letras, não só porque foi contemporâneo dele, mas ainda porque soube fazer às suas figuras literárias a justiça que sempre lhes foi feita nos arraiais da crítica consagrada.

(MURICY, 1952: 330)

1. Introdução

Nestor Vitor dos Santos, contista, poeta, ensaísta, romancista, crítico, conferencista, nascido em Paranaguá – PR, em 1868, foi um dos mais importantes pensadores do Simbolismo em nossas letras. Considerado o precursor desse movimento, na medida em que renovou a crítica literária, partiu das idéias estéticas do Simbolismo europeu, do qual era profundo conhecedor e crítico. A Nestor Vitor competem importantes e incomparáveis estudos acerca das letras estrangeiras, dentre os quais se podem citar grandes nomes como Ibsen, Maurice Barrès, Edmond Rostand, Maurice Maeterlinck, entre outros, que contribuíram para a formação da cultura literária dos simbolistas.

Reagindo ao Naturalismo e à fórmula estética parnasiana, Nestor Vitor imprime novos rumos à crítica literária brasileira, afastando-se dos critérios sociológico e historicista dominantes, como destaca Leodegário A. de Azevedo Filho. Nas palavras de Alceu Amoroso Lima:



Nestor Vítor reagiu contra o Naturalismo crítico, então corrente, deslocando a crítica literária para a região do subjetivismo, do impressionismo, para onde a haviam deslocado, em França, os críticos contemporâneos da reação simbolista nas letras (*apud* Muricy, 1952: 330).

Tendo em vista seu importante papel como divulgador das figuras literárias simbolistas, Nestor Vítor foi o maior crítico e incentivador da obra de Cruz e Sousa, seu grande amigo, que conheceu em 1888, no Rio de Janeiro, no Café de Londres.

2. Objetivo

Nestor Vítor é pouco estudado no meio acadêmico. Por este motivo e, em especial, em virtude do seu grande valor como crítico literário, a coordenadora do projeto, Professora Doutora Eliane Vasconcellos, considerou de extrema importância o resgate de sua obra pelo Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), para o qual seu acervo foi doado por Andrade Muricy, também estudioso do Simbolismo brasileiro.

3. Metodologia

Antes de quaisquer atividades, foi necessário conhecer a vida e a obra de Nestor Vítor. Em seguida, passou-se à ordenação do acervo, seguindo o modelo proposto pelo AMLB, e ao estudo do banco de dados da FCRB, que utiliza o formato MARC. Os documentos foram então ordenados, higienizados e identificados, sendo, posteriormente, lidos, e as planilhas referentes a cada série, preenchidas. Selecionaram-se dados para entrar no campo “assunto”, facilitando o acesso às informações inseridas no banco de dados.



Organizou-se o referido acervo em três séries: (1) *correspondência pessoal*; (2) *produção intelectual* e (3) *produção na imprensa*.

4. Conclusão

Trabalhar com o acervo de Nestor Vitor proporcionou-me conhecer sua obra, principalmente como crítico literário. Embora não tenha tido oportunidade de estudá-lo no meu curso de graduação, seu trabalho crítico e sua produção literária foram bem recebidos pelos intelectuais da época, como pude perceber das leituras de recortes de jornais que se encontram no seu acervo. Do lado emotivo, sua amizade com Cruz e Sousa despertou minha atenção e curiosidade, fato que pretendo desenvolver na atividade a ser apresentada na II Jornada.

5. Referências bibliográficas

- COUTINHO, Afrânio & SOUSA, J. Galante de. *Enciclopédia de literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Global, 2001. 2 v.
- FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Obra crítica de Nestor Vitor*. Rio de Janeiro: MEC; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969. 3 v.
- MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952.
- VÍTOR, Nestor. *Prosa e poesia*. Organização de Tasso da Silveira. Rio de Janeiro: Agir, 1963. (Nossos Clássicos).



A Espada e o riso: a questão militar na crise do Império pelo olhar de Ângelo Agostini (1886-1887)

Carla Silva do Nascimento (História – UFRJ)

Projeto: A Construção da ilusão: humor e republicanismo no eclipse do Império

Orientadora: Maria da Conceição Francisca Pires

Bolsista FCRB

Com seu caráter de instituição nacional fortalecido após a Guerra do Paraguai, os militares fizeram sua estréia política no decorrer da década de 1880 em meio à crise do trabalho servil, numa série de incidentes denominados pela historiografia como “Questão Militar”. Ressentidos com os políticos e clamando por melhores condições para a classe, os oficiais do Exército tinham as questões de honra e dos brios como ordem do dia (CASTRO, 1995). A Questão Militar aparecia não como um pequeno incidente, mas sim como uma ofensa à honra militar e a dignidade do Exército.

Os incidentes envolvendo os militares marcaram a tentativa do governo imperial de disciplinar oficiais que tentassem de alguma forma intervir na política através da manifestação, em público, de suas idéias. Muitos desses episódios representaram abusos estritamente militares. Outros, porém, assinalaram os reflexos da crise e das fragilidades das instituições imperiais dentre os oficiais (SCHULZ, 1994).

As divergências em torno da disciplina e da escravidão, eram, entretanto, o principal elemento de politização dos militares. A grande simpatia com que oficiais, inclusive os de alta patente, enxergavam o abolicionismo, colidia com a orientação política das autoridades militares do Império escravocrata. (LEMOS, 1999)



Este trabalho propõe analisar a representação feita por Ângelo Agostini da série de acontecimentos que envolveu os militares entre 1886 e 1887, período de maior ebulição da questão. O objetivo é mostrar como a representação humorística auxiliou na percepção de que esses incidentes transcenderam um caráter meramente militar e se tornaram um fato político. Numa época onde a política era tema importante para grande parte dos leitores, é importante atentar para a repercussão de tais questões em diários e revistas, como a utilizada aqui como fonte.

Produtor e editor da *Revista Illustrada (1876-1898)*, o italiano Ângelo Agostini tornou-se referência na imprensa brasileira do século XIX. Forte defensor da causa abolicionista, seus desenhos tinham como característica um posicionamento pró-liberalismo, e também progressista, a críticas as ações do Estado e de seus representantes no parlamento.

Foram selecionados para análise alguns desenhos presentes na *Revista Illustrada (1876-1898)*, nos anos discriminados anteriormente. Para a exposição, três figuras serão priorizadas, o que não significa o descarte das demais existentes nos referidos anos para um melhor entendimento da representação do desenhista.

Dessa forma, o trabalho aponta para a possibilidade de estabelecer uma interseção entre a Questão Militar e a crítica desenvolvida por Agostini a determinados vícios e práticas políticas. No assunto abordado, o caricaturista posiciona-se claramente a favor dos militares, criticando os abusos cometidos pelo governo e defendendo os clamores da oficialidade envolvida na questão. Através de sua representação dos episódios da crise entre civis e militares, Agostini é incisivo ao censurar a prepotência dos representantes políticos do Império. Ele retrata a tentativa de sujeitar os militares como um ato arbitrário e despótico cometido pelo poder político, colaborando, dessa forma, com os protestos dos militares.



Assim, os episódios da “Questão Militar” incorporam os questionamentos da ordem política, contribuindo para a queda do Império e a posterior implantação da República.

Referências bibliográficas e documentais:

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 1999, p. 303-331.

SCHULZ, John. *O exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro, 1886 – 1887.



Melancolia em Machado de Assis

Débora Magalhães Cunha Rodrigues (História/UFRJ)

Projeto: Sensibilidades urbanas: escritas, falas e gestualidades da brasilidade modernista (1900-1930)

Orientador: Mônica Pimenta Velloso

Bolsista PIBIC/CNPq

A pesquisa realizada ao longo destes quatro meses esteve sob a orientação da pesquisadora Mônica Pimenta Velloso. A discussão centrada na idéia de identidade nacional e de como se constrói esta identidade através da dança nos levou a analisar algumas revistas ilustradas do início do século XX: *Fon Fon*; *Para Todos*; *Ilustração Brasileira*; *Kosmos*. Nessas revistas, tivemos a preocupação de buscar artigos, fotos, conferências e notícias sobre a dança, mais especificamente o maxixe.

O interesse no maxixe como construção de uma identidade nacional surge por essa dança ter sido apresentada em Paris e difundida como uma das características de um suposto modo de ser brasileiro. O casal Duque e Maria Lina aparece nesse cenário como precursor do maxixe em Paris.

O objetivo, ao analisar as revistas, era detectar, através da dança, as formas de expressão e de ser brasileiro e como o corpo é instrumento dessa expressão. Outro objetivo da pesquisa foi associá-la ao meu projeto de monografia para a conclusão do curso de graduação em História na UFRJ. Este trata da análise de alguns personagens de Machado de Assis e de como são construídos sob a luz da melancolia. Portanto, articulamos um eixo reflexivo baseado na idéia de identidade nacional e na melancolia em Machado de Assis.

Entendemos por melancolia, neste caso, a máxima divisão entre o ser e o querer ser. Esta proposição pode ser retirada das reflexões de Thomas Greene



sobre a modelagem do *self*. A modelagem de si pode ser marcada mais pela tensão do que pela distinção de características. Neste sentido, o ser humano, melancólico, assume papel trágico por estar sempre travando um embate consigo mesmo.

Para isto selecionamos dois contos do autor: “Um homem célebre” e “Cantiga de esponsais”. Estes contos foram escolhidos por tratarem de dois personagens ligados à música e que travam este conflito consigo mesmos, caracterizando a melancolia. Pestana e Romão Pires, respectivamente, são os personagens dos contos, que estabelecem uma relação conflituosa com a música e com suas próprias consciências, pela impossibilidade de realizarem algo novo. Ambos morrem com a melancolia produzida pela inação, ou melhor, pela constatação da incapacidade de produzirem certo gênero musical. Pestana sonhava ser um gênio da música clássica, mas o que conseguia era compor polcas, ou reproduzir os eruditos europeus. Romão Pires pensava traduzir em melodia a felicidade trazida pelo casamento. Com a morte precoce de sua esposa engaveta seus rascunhos musicais, mas nas vésperas de sua morte decide terminá-lo, fosse como fosse, e ainda assim não consegue. Então, vê pela janela um casal que namora e a esposa feliz cantarola algo que exprimia exatamente o que sentia. Fecha o piano com resignação e morre.

O que penso ser importante na leitura destes contos é a forma como são construídos os seus personagens. Desta forma, seria possível compreender a articulação entre identidade nacional e melancolia. Romão Pires é construído sob as bases melancólicas da inação. O conflito começa quando não consegue traduzir em notas musicais certo sentimento de felicidade. A tragédia de Romão existe a partir do momento em que quer produzir (agir) e não consegue. Pestana, para nossos estudos, é o personagem central para refletirmos sobre a identidade nacional e a melancolia. Seu conflito entre ser popular (e nacional) e ser erudito (e europeu) demonstra como os hábitos da cidade do Rio de Janeiro estão voltados para o



modelo europeu. Sendo assim, Pestana seria a construção desse desejo de ser europeu com o forte talento de não sê-lo

As características marcantes de uma cultura, que recebeu contribuições de diversas outras, impossibilitavam que Pestana fosse célebre em algo que não fosse nacional. Esta coerção para construir algo nacional marca essa época assim como modela o temperamento dos personagens que sofrem com o desejo de ser algo que não podem ou não conseguem ser, caracterizando-os assim como melancólicos.

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, Abel Barros. *A formação do nome: duas interrogações sobre Machado de Assis*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- CÂNDIDO, Antônio. Esquema Machado de Assis. In. *Vários escritos*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1977.
- ASSIS, Machado de. *Seus 30 melhores contos*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1987.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. *Estudos Históricos*, vol. I, número 2, 1988. p. 239-263.
- _____. A dança como alma da brasilidade, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Número 7 - 2007, mis en ligne le 15 mars 2007, référence du 7 juin 2007, disponible sur : <http://nuevomundo.revues.org/document3709.html>.



A Correspondência de Dalcídio Jurandir: a importância da pesquisa para uma boa descrição do acervo

Irene Costa (Letras/UFRJ)

Orientadora: Soraia F. Reolon Pereira (Pesquisa Ruiana)
Projeto: Acervo Dalcídio Jurandir
Bolsista FAPERJ

O objetivo principal do projeto é organizar completamente o acervo para disponibilizá-lo ao público e possibilitar a pesquisa sobre o autor e sua obra, assim como fornecer subsídios para as edições críticas de seus romances. Outro objetivo seria estabelecer relações entre a organização definitiva do acervo e a pesquisa através de entrecruzamentos de documentos e a construção de leituras. O propósito desta comunicação é mostrar o valor dos documentos das séries Correspondência e Publicação na Imprensa no trabalho de organização definitiva do acervo e sua relação com a pesquisa, ressaltando que os pesquisadores podem extrair desses documentos testemunho vivo de uma época e podem a partir deles documentar uma história pessoal, registrar acontecimentos e formular reflexões sobre o autor e sua obra.

Para o projeto foi estimado inicialmente o prazo de 24 meses . No primeiro ano estudamos sobre o autor e sua obra literária e o modelo de arranjo arquivístico do AMLB. Depois partimos para a organização do acervo, a separação dos documentos em séries, primeira descrição e preenchimento das planilhas. O segundo ano correspondeu à organização definitiva dos documentos por série. Para as séries Correspondência e Publicação na Imprensa, tivemos um treinamento sobre os modelos de planilhas do AMLB, para aprendermos a organização, descrição completa e a inserção das informações no banco de dados utilizado pela FCRB. Diante dessas instruções práticas, foi iniciada a reorganização por série: conferimos a classificação de todos os documentos, buscamos partes de



documentos ainda incompletos, realizamos a releitura das cartas para a complementação dos dados das planilhas, colamos em folha de papel ofício e ensacamos os 1149 recortes de jornais, realizamos a transferência das informações anotadas nas planilhas para a base de dados adotada (digitação das planilhas no computador, documento a documento) Por fim, ocorreu o acondicionamento definitivo da documentação.

A documentação pesquisada no segundo ano correspondeu a 1.750 documentos. Reorganizamos a série Publicação na Imprensa; estes documentos compõem pastas que intitulamos: DE DJ (artigos escritos pelo autor), SOBRE DJ (artigos críticos sobre Dalcídio e cada um de seus livros), SOBRE A REGIÃO NORTE (Recortes sobre Belém, a região Norte e os escritores nortistas), SOBRE DJ (e amigos) POST-MORTEM (artigos colecionados pela família sobre o autor) e ASSUNTOS DIVERSOS (recortes vários colecionados por DJ). Na pasta DE DJ, os recortes foram organizados nas subséries: DJ Crítico Literário, DJ Jornalista, DJ Poeta, DJ Político, DJ Romancista, Necrológios e Revistas. A catalogação nestas pastas corresponde ao acondicionamento definitivo da documentação. Em seguida, começamos a reorganização da série Correspondência, subdividida em Correspondência Pessoal, Correspondência Familiar e Correspondência de Terceiros. Todos os documentos foram conferidos dentro de suas subséries. Dentre os documentos reorganizados no acervo de Dalcídio Jurandir, darei destaque a alguns exemplares da Correspondência Pessoal e Publicação na Imprensa, visando mostrar a importância do entrecruzamento de documentos e da pesquisa para uma boa descrição do documento carta.

A carta é um gênero textual em que o autor escreve para um leitor em especial, o destinatário. Por isso, há muitos vazios no texto, muitas lacunas que correspondem ao conhecimento partilhado entre o remetente e o seu interlocutor, mas não pertencente inicialmente ao organizador de um acervo. Assim, a pesquisa é fundamental para esclarecer os implícitos, os pressupostos e permitir a melhor



descrição possível deste documento.

Para concluir, gostaria de acrescentar que considero muito proveitoso o estágio no setor Ruiano da FCRB, pois me deu possibilidade de conhecer parte da literatura e cultura do Extremo Norte; pensar relações entre identidade nacional, culturas e exclusões; saber da existência de acervos literários e reconhecê-los como fontes primárias de consultas para pesquisas.

Referências bibliográficas

- PEREIRA, Ruy Pinto. *Singularidade e exclusão: o romance Chove nos campos de Cachoeira*. Rio de Janeiro, 2004. 128f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- PEREIRA, Soraia F. Reolon; PEREIRA, Ruy; NUNES, Benedito. *Dalcídio Jurandir, um romancista da Amazônia – Literatura & Memória*. Belém: SECULT; Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2006.
- VASCONCELOS, Eliane. Carta missiva. In: MALES, Renata de (org.) *Revista do Departamento de Teoria Literária. Campinas: UNICAMP*, n.18, 1998. p.61-70.
- KOCH, Ingedore G.V. ; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 8 ed. São Paulo: Contexto, 1997.



Vocabulário histórico-cronológico do português medieval: acréscimos, correções, exclusões.

Lisardo Lopes Gonzáles (Letras/UERJ)

Projeto: Atualização do *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*

Orientadora: Ivette Maria Savelli Sanches do Couto

Bolsista do Programa de Iniciação Científica da FCRB

Introdução

Este trabalho se pauta no *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*, versão em CD-ROM, projeto idealizado e coordenado por Antônio Geraldo da Cunha, que se dedicou, de 1979 a 1999 (ano de sua morte) ao seu desenvolvimento.

Inicialmente, o vocabulário foi elaborado em fichas datilografadas. A partir de 1999, foi iniciado o processo de digitalização e respectiva revisão dessas fichas, que culminou com uma publicação em *CD-ROM*.

Cada ficha compreende os seguintes itens: a palavra na forma do português atual, seguida da sua classe gramatical; a palavra na forma do português medieval (tal como aparece na obra consultada); o século a que pertence a obra; sigla da obra; localização da palavra na obra; e abonação. Para melhor visualizar, transcrevemos abaixo uma ficha:

abstinência s.
abstynencia
séc. XV, LEAL, 268.17

Gulla he pecado per o qual o golloso pryva em sy abstynencia e temperança per muyto comer e beber, e per desordenado apetito delles.

A versão em *CD-ROM* compreende duas nominatas: verbetes no português atual e verbetes no português medieval, esta com maior número de palavras, uma vez que para cada palavra atual pode haver uma série de variantes na forma medieval.

Por diversos motivos, nem todas as fichas disponíveis foram incorporadas ao *CD-ROM*: havia vocábulos cujas variantes medievais já haviam sido abonadas



em uma mesma obra; outras não foram incluídas pela impossibilidade de determinar a que vocábulo do português atual corresponderia a forma encontrada no texto medieval; outras, ainda, em função de abonações muito curtas, que não permitiam visualizar a palavra no contexto; foram também desconsideradas as que se relacionavam a topônimos, a palavras em língua estrangeira, etc.

Objetivos

Atualizar constantemente o *Vocabulário*, com a inclusão de novos verbetes. Corrigir falhas que, por alguma razão, não tenham sido detectadas quando de sua elaboração. Ampliar abonações quando não permitem visualizar a palavra no contexto. Reduzir abonações extensas.

Metodologia

- Utilização da versão em *CD-ROM* para verificar se a palavra ou a variante no português medieval a ser incluída já consta do *Vocabulário*.
- Elaboração de uma lista de verbetes que contenham falhas, para futura correção.
- Consulta, quando possível, às obras utilizadas para a elaboração do *Vocabulário* para ampliar a abonação.
- Leitura das abonações extensas (com mais de três linhas) para reduzi-las, sem prejuízo do contexto.
- Aproveitamento das fichas excedentes para inclusão de novos verbetes.

Conclusão

A atualização do *VPM* é de relevância para pesquisadores, medievalistas e para os estudiosos da história da língua em geral, dada a extensão da obra e o seu pioneirismo.



Referências bibliográficas e documentais

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Índice do vocabulário do português medieval*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986 (v.1: A), 1988 (v.2: B-C), 1994 (v.3: D).

_____. *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2006. 1 *CD-ROM*.

Dicionários da língua portuguesa atuais e antigos.

Fichário do *Vocabulário histórico-cronológico do português medieval*.



Para compreender a Nova História Cultural

Lucas Hippolito von der Weid (História/UFF)

Projeto: O moderno, o nacional e o popular no teatro oitocentista: o ator Vasques

Orientador: Antonio Herculano (Setor de História)

Bolsista PIBIC/CNPq

A pesquisa consiste em estudar as relações entre o teatro e a sociedade do Rio de Janeiro ao longo do Segundo Reinado. Nesse período, alguns projetos sociais se basearam também no teatro – fossem projetos formais, como o da Escola Realista, que fazia do palco um espaço de educação moral, por parte da elite letrada, fossem projetos informais (sem uma orientação elaborada), por setores oriundos do entretenimento popular, com forte influência do teatro cantado, vindo de fora. Tais projetos, além de relações com os interesses e aspirações de diferentes grupos sociais, guardam preciosas informações se consideradas as suas expressões culturais – nas peças, personagens, temas – enfim, os símbolos, representações, e o próprio comportamento dos artistas e da sociedade.

Nesse meio, um personagem se destaca o ator e autor F. Vasques. De origem humilde, não-branco, boêmio, Vasques, que trabalhou na imprensa, representa muito da trajetória por que passaram o teatro e a cultura da capital, ele próprio tendo realizado a passagem de ator para autor – uma notável barreira social. A pesquisa, enfim, é o estudo da relação entre teatro e sociedade, práticas e representações de um com relação ao outro, que revelem as idéias em voga, bem como do artista Vasques, sua obra e repercussão.

A maior dificuldade na pesquisa, no entanto, foi sua base teórica; Herculano estuda sob o enfoque do que se convencionou chamar de Nova História Cultural. Meu objetivo, então, foi compreender o fundamento dessa nova abordagem histórica, seus conceitos e sua gênese no cenário acadêmico, buscando, ainda, uma reflexão com a pesquisa em si.



Surgindo nos anos 1970, a Nova História Cultural faz parte de um conjunto de propostas inovadoras para o estudo histórico. Em oposição a estudos estruturais da sociedade, em que os indivíduos pouco ou nada influíam e as estruturas econômicas tinham precedência no condicionamento das sociedades, muitos optaram por novas abordagens, especialmente em contato com estudos da cultura. Inicialmente no campo marxista, mas em muito o extrapolando, esse conjunto inclui possibilidades metodológicas, como a História Oral, e temáticas, como a História de Gênero, mas também teóricas, como a Micro-História e a Nova História Cultural. Esta, por sua vez, trabalha com a *realidade histórica* a partir da idéia de que os pesquisadores, e os próprios sujeitos históricos, interagem com o mundo através, não da realidade em si, mas de *representações sociais*, do que se diz e se entende do mundo. Ou seja, todo documento, monumento, arquivo, artefato, enfim, toda fonte pode ser entendida como um discurso de seus autores, que, por sua vez, constrói o mundo.

Tal tendência está relacionada à revalorização do indivíduo na história, não de forma isolada, mas pela sua vivência num ambiente de demais sujeitos – também leitores e agentes da realidade em que se precisa dialogar e estabelecer os códigos de convivência, as representações sobre o real necessárias para a vida em sociedade. Da mesma forma, volta-se a valorizar os *acontecimentos* (fatos, eventos de curta duração), não somente as estruturas históricas (processos, de longa duração), e nessas novas modalidades de história, então, são fartas as interpretações de eventos como tendo sido inventados – não que fossem irreais, mas buscando-se evidenciar mais os discursos sobre os eventos e como esses discursos acabam por consolidá-los ao longo de seu próprio desenrolar ou como memória.

Podemos, outrossim, entender aspectos dessas novas tendências em sua gênese, um momento de crise dos grandes sistemas explicativos, em que a possibilidade de se *explicar* a história passou a ser criticada e repensada numa idéia



de apenas se *compreender* a história – uma crítica à cientificidade do discurso historiográfico, entendido por alguns teóricos da lingüística como outro dentre tantos discursos literários. Por outro lado, não deslocando a comunidade acadêmica de seu contexto, muitos dos críticos das novas tendências apontam a crise do socialismo real como motivo de críticas severas ao marxismo teórico, além de alegarem haver pouco rigor nos novos conceitos, que seriam reedições de antigas problematizações ao estudo da história, com novos nomes. No entanto, é certo que as novas possibilidades abertas permitem mais abrangência ao conhecimento histórico, desde que não signifiquem, apenas, uma negação das formas anteriores, ou como os seus críticos insistem, uma mania de modismos e discursos fartos de conceitos complicados.

Referências bibliográficas

- FALCON, F. *História cultural: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FONTANA, J. *A história dos homens*. São Paulo: EDUSC, 2004.
- ORY, P. *L'histoire culturelle*. Paris: PUF, 2004.
- OLÁBARRI, I. & JAVIER C., F (eds.). *La "nueva" historia cultural: la influencia del postestructuralismo y el auge de la interdisciplinaridad*. Madrid: Editorial Complutense. 1996.
- PESAVENTO, S. *História e história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.



Elaboração de bibliografia sobre Rui Barbosa

Luisa da Silva Kaufman (História/UFF)

Projeto: Bibliografia sobre Rui Barbosa

Orientadoras: Laura do Carmo e Rejane de Almeida Magalhães (Setor Ruiano)

Bolsista do Programa de Iniciação Científica – FCRB

O projeto Bibliografia sobre Rui Barbosa teve como incentivo a comemoração, em 2007, do centenário da Segunda Conferência da Paz, realizada em Haia, Holanda, na qual Rui Barbosa foi convidado pelo barão do Rio Branco para representar o Brasil.

De acordo com os critérios estabelecidos pelas pesquisadoras responsáveis pelo projeto – Rejane de Almeida Magalhães e Laura do Carmo –, a Bibliografia sobre Rui Barbosa e sua obra abarca documentos como livros, anais, trabalhos acadêmicos, alguns documentos não publicados, entrevistas, catálogo de exposição, *sites*, edições especiais de periódicos.

O início do trabalho se deu pela organização do levantamento bibliográfico desenvolvido, cuidadosamente, durante anos, pela chefe do Setor Ruiano, Rejane de Almeida Magalhães. A minha tarefa consistiu em padronizar os itens bibliográficos, buscar os dados faltantes e atualizar esse levantamento, fazendo pesquisas em bancos de teses, em *sites* e ainda em algumas bibliotecas. É importante ressaltar a participação da bolsista do projeto “Normas editoriais e bibliográficas”, Maria Clara Antonio Jerônimo, durante a pesquisa e padronização da bibliografia.

As primeiras verificações dos livros foram feitas na biblioteca da FCRB. Houve, entretanto, um número considerável de livros registrados no catálogo e não encontrados nas prateleiras. Além disso, alguns títulos incluídos na bibliografia não



existem na referida biblioteca. Esses dois fatores nos levaram a fazer consultas em outras bibliotecas, principalmente, na Biblioteca Nacional.

Depois dessa primeira etapa de padronização da listagem, iniciamos uma busca por novos títulos para a bibliografia. E, neste trabalho, tivemos como maior aliada a internet.

A pesquisa feita através de *sites* possibilitou encontrar grande parte do material com que lidamos durante o projeto. Por isso, é de grande relevância explicitar quais foram os principais *sites* pesquisados.

Os *sites* usados como referencial para a busca de novos livros foram, inicialmente, os da Biblioteca do Senado e o *The Library of Congress*. Pesquisamos também os *sites* de bibliotecas consagradas, pela extensão ou especificidade do acervo: biblioteca da FCRB (mais uma vez), Biblioteca Nacional, bibliotecas do Ministério da Fazenda, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto dos Advogados Brasileiros e da Academia Brasileira de Letras. Além desses *sites*, visitamos também páginas de inúmeras bibliotecas estrangeiras.

Vale ressaltar que visitamos as bibliotecas localizadas no Rio de Janeiro, para comprovar o que foi encontrado nos bancos de dados, tanto no que diz respeito às normas de referenciação de documentos quanto a sua natureza e conteúdo.

Para a busca de trabalhos acadêmicos, utilizamos, primeiramente, a Base Minerva, banco de dados que dá acesso aos catálogos de todas as bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao banco de teses da Capes. No entanto, a maioria das teses, dissertações e monografias encontradas por meio da internet foi através do *site* da UNICAMP. O *site* <http://guiadoestudante.abril.com.br/aberto/ies/> possibilitou a pesquisa nos bancos de teses *on-line* de todas as universidades brasileiras.



Através do Currículo Lattes dos autores que fizeram trabalhos importantes sobre Rui Barbosa, conseguimos encontrar muitas participações em congressos e capítulos de livros publicados.

Foram mantidas na bibliografia edições especiais de periódicos que tratam unicamente de Rui Barbosa e sua obra. Esta restrição deve-se basicamente ao nosso curto prazo, pois seria impossível catalogar todas as notícias sobre Rui Barbosa, em todos os jornais, durante o longo período em que ele produziu. Além disso, Rui continuou sendo objeto de estudo e comentário em periódicos durante todo o século XX e XXI. A pesquisa em periódicos fica como sugestão de continuidade do projeto.

Além de todos esses materiais que a internet nos possibilitou encontrar, pesquisamos no *site Google* páginas dedicadas a Rui Barbosa. Desse trabalho, cinco *sites* foram selecionados para serem incluídos na bibliografia.



A Constituição da República – projetos e discursos no Congresso Constituinte de 1890

Márcio Verani (Direito, Faculdade de Direito Evandro Lins e Silva / IBMEC)

Projeto: Inventando a República: a Constituinte de 1890 e os projetos institucionais dos constituintes

Orientador: Christian Edward Cyril Lynch (Bolsista FCRB, Setor de Direito)

Bolsista do Programa de Iniciação Científica – FCRB

Um ano após a Proclamação da República tem início o Congresso Constituinte, com o objetivo de institucionalizar o novo regime e principalmente a nova forma de organização do Estado, o federalismo, objeto central das discussões parlamentares, a partir do projeto de Constituição apresentado pelo Governo Provisório.

Contrapondo-se à centralização do regime monárquico, esse projeto não sofreu grandes alterações em sua essência, apesar das propostas ultrafederalistas de parte do Congresso, especialmente da bancada do Rio Grande do Sul, as quais eram rechaçadas por parlamentares preocupados com o separatismo que a elas identificavam.

A distribuição das rendas entre a União e os estados, a forma de eleição do presidente e do vice-presidente, a organização da magistratura, a relação entre Estado e Igreja foram, assim, temas debatidos com empenho pelos congressistas mais atuantes.

A presente pesquisa tem como objetivo a identificação dos discursos e discussões parlamentares em relação aos grupos sociais que se faziam representar naquele Congresso, apontando ainda as posições e influências intelectuais presentes em tais discursos. O grau de federalização defendido, o modelo a ser seguido (Estados Unidos, Argentina e Suíça eram as principais referências), os



autores citados são, portanto, pontos importantes a serem observados durante a leitura dos Anais da Constituinte.

A metodologia da pesquisa consiste exatamente na leitura dos três volumes destes Anais (que se encontram na biblioteca de Rui Barbosa), transcrevendo trechos mais relevantes dos discursos, a fim de que se possa, ao final, elaborar um panorama com as principais questões discutidas, identificando os congressistas mais atuantes na defesa de suas posições, os grupos sociais a que pertenciam e, em consequência, os interesses em jogo, tendo-se sempre em vista a versão final da Constituição aprovada, em comparação com as propostas apresentadas.

Esta leitura foi precedida por outras, a fim de se contextualizar o período de crise da monarquia e emergência da República, e reconhecer os atores sociais envolvidos. Foram utilizados tanto textos da historiografia mais recente quanto produções da época (literárias e documentais), incluindo obras de autores estrangeiros que tinham grande influência no contexto intelectual de então, como Augusto Comte e Herbert Spencer.

Com a pesquisa ainda em andamento, não nos parece possível chegar a conclusões. Apenas podemos observar, como tendência geral dos debates parlamentares de 1890-91, a predominância do tema da federação, defendida sob diversas formas de aplicação, atendendo aos diferentes interesses então presentes. Cabe lembrar, como sintoma do embate entre as variadas concepções federalistas, a crítica de Rui Barbosa, fervoroso defensor do federalismo durante a monarquia, a “um apetite desordenado e doentio de federalismo, cuja expansão sem corretivo seria a perversão e a ruína da reforma federal”. (Discurso de Rui Barbosa in *Anais do Congresso Nacional* – 1890/91. Imprensa Nacional, 1891, vol.1, p. 211)



Referências bibliográficas

- ANAIS do Congresso Nacional – 1890/91. Imprensa Nacional, 1891.
- BARRETO, Vicente e PAIM, Antonio. *Evolução do pensamento político brasileiro*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1989.
- BELLO, José Maria. *História da República*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- _____. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *O momento monarquiano: o conceito de Poder Moderador e o debate político do século XIX*. Rio de Janeiro: SBI/IUPERJ, 2007. Tese de Doutorado.
- ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana*. Brasília: Senado Federal, 1979.



Como se livrar de uma acusação com algumas notas

Maria Clara Antônio Jerônimo (Letras/UERJ)

Projeto: Elaboração das normas editoriais da FCRB

Orientadora: Laura do Carmo (Setor Ruiano)

Bolsista do Programa de Iniciação Científica – FCRB

Segundo o Código Penal brasileiro, roubo é a subtração de "coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência". Esse crime, tão amplamente conhecido por todos nós, esporte praticado, hoje, livremente pelas ruas, prevê pena de reclusão de quatro a dez anos, além de multa.

Em 19 de fevereiro de 1998, foi sancionada a lei nº 9.610 que "regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos."

Partindo da associação dessas duas leis, este trabalho pretende pensar nas citações e notas como solução para um texto honesto, claro e não criminoso, já que plágio é crime regulamentado na referida lei. Crime este que pode ser seguido de violência se pensarmos numa distorção de sentido ou "na impossibilidade de resistência", e, por isso, a associação ao roubo.

Roubar produções intelectuais ou fragmentos destas é crime. Mas, vale ressaltar, que se utilizar de idéias e/ou pensamentos, passagens, frases, não. Como fazer isso, então?

Há quase três anos, o Manual de Normas Editoriais da Fundação Casa de Rui Barbosa é elaborado por uma equipe de profissionais muito exigentes e criteriosos. Além da parte referente às Referências Bibliográficas e Padronização Textual, o Manual apresenta uma parte dedicada às Citações e Notas. Usar aspas



ou recuo e referenciar honestamente a autoria pode nos isentar de qualquer acusação.

Referências bibliográficas

ALCHIMIN, Maria Luiza et al. *Direito autoral: problemas, atualidades, perspectivas*. Rio de Janeiro: Pen Club do Brasil, 1998.

CALLAPEZ, Maria Elvira. Citação ou plágio? *Ciência hoje*, nov. 2006. Disponível em: <<http://www.cienciahoje.pt/9593>>. Acesso em: 3 maio 2007.

BRASIL. Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Índice sistemático do Código Penal. *Legislação brasileira: Código Penal*. São Paulo: Saraiva, 1990. p. 82-84.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. 20. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. (Coleção Estudos 85).

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Manual de normas editoriais da FCRB*. Rio de Janeiro, 2007. Não publicado.



Para uma edição comentada das crônicas de Artur Azevedo publicadas em *A Notícia*.

Maria Cristina Antônio Jerônimo (Letras/UFF)

Orientadoras: Flora Süssekind e Rachel Valença (Filologia)

Projeto: A crônica teatral de Artur Azevedo – 2ª etapa.

Bolsista PIBIC/CNPq

O ano de 2008 marcará o centenário da morte de dois grandes nomes das letras brasileiras: Machado de Assis e Artur Azevedo. Contemporâneos, vivenciaram as grandes transformações dos últimos anos do século XIX e início do século XX. O primeiro, quase que de forma unânime, ocupa a mais elevada posição no cânone da literatura brasileira. E o segundo?

Uma visita a algumas livrarias ou uma pesquisa a catálogos mostrará que Machado ainda enche as prateleiras com inúmeros títulos e publicações de estudos a seu respeito. Quanto a Artur Azevedo, este parece estar mergulhado no ostracismo.

Não pretendemos com este trabalho lançar mão de questões comparativistas entre os dois autores, nem muito menos questionar a posição já ocupada por Machado de Assis no panorama da nossa literatura. Tencionamos apenas resgatar um nome, um autor, um homem de relevância para nossa cultura e história: Artur Azevedo.

Artur foi teatrólogo, jornalista, contista, poeta, cronista e crítico. A elaboração de uma edição composta por crônicas de sua autoria, que foram publicadas na coluna “O Teatro”, do jornal *A Notícia*, na década de 90 do século XIX, será de grande valia para o estudo sobre o teatro no Brasil, além de fornecer informações preciosas e pitorescas sobre o cotidiano do Rio de Janeiro daquela época.



Desde aproximadamente o final da década de 1980, este projeto vem sendo desenvolvido por um grupo de pesquisadores que, além de estudar vida, obra e época do autor, publicando uma de suas revistas de ano e um estudo sobre este subgênero teatral, se debruçam também sobre questões filológicas, como, por exemplo, o estabelecimento do texto dessas crônicas. Assim, a referida edição oferecerá um texto confiável, notas explicativas de natureza variada, um glossário, além de outros subsídios, cuja intenção é diminuir o ruído que separa o leitor de hoje dos textos de Artur Azevedo.

Estamos certos de que esta iniciativa mais uma vez endossa o compromisso desta instituição de divulgar patrimônios culturais ora “esquecidos”. Acreditamos que diferentes tipos de leitores se interessarão por essas crônicas que, além de sua importância para a história do teatro no Brasil, têm caráter anedótico e espirituosidade aguçada, recolocando, dessa forma, Artur Azevedo em seu devido lugar.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Artur. *Teatro de Artur Azevedo I*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Artes Cênicas, 1983. (Coleção Clássicos do Teatro Brasileiro).
- _____. *O Tribofe*: revista fluminense de 1891. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Nova Fronteira, 1986.
- _____. Crônicas de Artur Azevedo publicadas em *A Notícia*. anos: 1894, 1895, 1896, 1897, 1898. Não publicado.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Arthur Azevedo e sua época*. 2. ed. São Paulo: Martins, 1955.
- PRADO, Décio de Almeida. *História concisa do teatro brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2003.
- SEIDL, Roberto. *Artur Azevedo*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937.
- SÜSSEKIND, Flora. *As revistas de ano e a invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; Nova Fronteira, 1986.
- _____. *Papéis colados*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002.



Os arquivos nas publicações do Conselho Federal de Cultura

Miriane da Costa Peregrino (Arquivologia/UFF)

Orientadora: Lia Calabre

Projeto: A ação federal na cultura: memória e história

Bolsista FCRB/Faperj: nov/2007 a out/2007

O presente trabalho integra o projeto de recuperação do arquivo do Conselho Federal de Cultura, que tem como um de seus objetivos disponibilizar, para a pesquisa, o rico acervo do órgão. Criado em novembro de 1966, é possível dizer que a atuação do Conselho Federal de Cultura (CFC), num aspecto geral, tem reflexo em suas quatro câmaras – Câmara de Artes, Câmara de Letras, Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Câmara de Ciências Humanas – e na Comissão de Normas e Legislação. Entre os diversos pontos convergentes entre as câmaras e a comissão, foi escolhido como ponto comum para esse trabalho a preocupação com acervos documentais, presente nos debates e atos do Conselho Federal de Cultura.

A princípio, tem-se trabalhado com o levantamento do periódico *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, entre os anos de 1971 e 1989, e considerado, qualitativamente, o uso dos termos “arquivos”, “documentos de arquivo”, e “arquivologia” nos títulos e corpos dos artigos contidos nos *Estudos e Proposições*, e nos números dos *Pareceres* emitidos pelo Conselho.

No tocante aos *Estudos e Proposições*, vemos, muitas vezes, a transcrição de discussões ocorridas em assembleias do Conselho. Desse modo, os textos nos permitem mapear as posições de diversos conselheiros manifestantes. Além disso, também nesse espaço, há artigos que tratam a questão de “instituições brasileiras”, onde se enquadram, entre outros, arquivos, bibliotecas e museus. As duas formas de textos publicados pelo Boletim têm como autor ou autores não só os



conselheiros do CFC, mas palestrantes convidados, como por exemplo, Raul Lima e Celina do Amaral Peixoto, ambos diretores do Arquivo Nacional, sendo o primeiro diretor na década de 1970, e a segunda, nos anos 1980.

Já os *Pareceres* emitidos pelo Conselho tratam de financiamentos concedidos, sempre parcialmente, para preservação, manutenção e restauração de arquivos, bibliotecas e museus, além de congressos científicos nessas áreas.

Até agora foram analisados 24 números do *Boletim*, sendo possível observar que metade deles apresentam pareceres sobre documentos de arquivos, e 19 artigos, pelo menos, abordam esse tema.

A discussão em torno dos arquivos é vista tanto na documentação administrativa do CFC quanto em suas publicações – ambos em fase de tratamento no Projeto “Memória e história – a ação federal na cultura”, partindo daí a idéia de pesquisar, através dessas referências, a relação do CFC com as políticas arquivísticas. A escolha do *Boletim* para primeiro estudo é devida à facilidade de acesso, visto que a documentação administrativa, que também registra, e até de modo mais detalhado, as discussões do CFC está em processo mais intenso de tratamento arquivístico, só devendo ser mapeada e separada para análise mais adiante.

Para além desses aspectos, não se pode perder de vista que o CFC aborda a temática dos arquivos e as políticas arquivísticas com a perspectiva de uma instituição que orienta as políticas culturais do país no período da ditadura militar. Nesse sentido, se fará necessário ainda um estudo que aborde sua concepção de cultura e avalie as políticas culturais e as políticas arquivísticas daquele momento, relacionando-as.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. Identificação de documentos em arquivos públicos. *Publicações Técnicas*, Rio de Janeiro, n. 37, 1985.



Boletim do Conselho Federal de Cultura. (1971-1989)

CALABRE, Lia. *A ação federal na cultura: o caso dos conselhos.* (mimeo)

_____. *A cultura e o Estado: as ações do Conselho Federal de Cultura.* (mimeo).

_____. O Conselho Federal de Cultura – 1971-1974. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, janeiro-junho de 2006, p. 81-98.

JOLY, Maria Cristina. Sugestões para uma boa conservação de papéis. Trabalho apresentado durante o Treinamento Interno de Conservação, Higienização, Preparo e Acondicionamento de Documentos Gráficos, 2006, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.

Revista Cultura. (1967-1970)



**Contribuições para a organização de um volume de textos de (e sobre) Rui
Barbosa**

Monique Sá Teixeira Leite. (História/PUC-Rio)

Projeto: Rui Barbosa em perspectiva: seleção de textos fundamentais

Orientadora: Marta de Senna (Setor Ruiano)

Bolsista PIBIC/CNPq

Desde o início de 2007, venho trabalhando, sob a orientação da pesquisadora Marta de Senna, no projeto "Rui Barbosa em perspectiva: seleção de textos fundamentais", que consiste na organização de um volume com textos escritos pelo patrono da instituição e sobre ele e sua obra, a ser publicado ainda este ano, como parte das comemorações do primeiro centenário da 2ª Conferência da Paz, em Haia.

A primeira tarefa a mim atribuída foi digitar o texto "Rui Barbosa e o controle de constitucionalidade dos atos legislativos e executivos", do advogado baiano Rubem Nogueira, um dos mais produtivos estudiosos de Rui Barbosa e em franca atividade aos 94 anos. Com esse texto, pude aprender muito sobre o papel de Rui na consolidação do Poder Judiciário no Brasil, já que o ensaio mostra a importância de Rui na definição dos papéis dos três poderes, assim como na delimitação de suas respectivas esferas de atuação.

Paralelamente, minha orientadora me solicitou que fizesse pesquisas pontuais, como subsídio para a elaboração das notas de rodapé de vários textos. Por exemplo: em um de seus textos, Rui Barbosa se refere à "Lei de 1875", sem maiores explicações, porque o contexto de seu discurso permitia ao leitor seu contemporâneo identificar imediatamente a referência. Hoje, mais de um século depois, é preciso informar ao leitor que essa era uma lei que autorizava o Governo a emitir até a soma de 25 mil contos de réis em bilhetes ao portador. A mesma



coisa se dava com relação ao decreto de 17 de janeiro de 1890, que dispunha sobre as operações de crédito móvel a benefício da lavoura e indústrias auxiliares.

A minha terceira tarefa, ainda em processo, consiste na leitura minuciosa de todos os textos constantes do volume, visando à elaboração do índice onomástico da obra. Todas as pessoas que se dedicam à pesquisa sabem a importância de se indexarem as obras, de maneira a facilitar a recuperação da informação. O índice onomástico do volume *Rui Barbosa* já listou mais de cem nomes de personagens históricos e autores mencionados nos diferentes textos e, junto com as notas de rodapé, será de extrema utilidade para os leitores do volume.

A colaboração na publicação de um livro sobre Rui Barbosa trouxe-me como benefício principal o foco num período específico da História do Brasil: o fim do Império e a Primeira República, em que Rui atuou em diferentes áreas da cena política e intelectual do Brasil. A minha contribuição mais relevante para o projeto terá sido a elaboração do índice onomástico, exatamente na medida em que um índice dessa natureza atravessa toda a obra, facultando a eventuais futuros pesquisadores a possibilidade de encontrarem referências de que necessitem em seu trabalho.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Manuel Pinto de. *Rui e a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1973. [O original é de 1962.]
- BORMANN, Oscar. Prefácio. In: BARBOSA, Rui. *Relatórios do ministro da fazenda*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1949. v. 18, t. 2, p. IX-XCII (Obras Completas de Rui Barbosa).
- DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. Rui Barbosa e a renovação da sociedade. In BARBOSA, Rui. *Escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, p. 55-69. [O original é de 1949.]
- LAMOUNIER, Bolívar. Rui e a construção institucional da democracia brasileira. In LAMOUNIER, Bolívar; MASCARO, Cristiano. *Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 49-127.



MAGALHÃES, Rejane de Almeida. *Rui Barbosa: cronologia da vida e da obra*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 1999.

MELLO, Gladstone Chaves de. Rui Barbosa, mestre da língua. In: _____. *A língua e o estilo de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1950. p. 9-25

NOGUEIRA, Rubem. Rui Barbosa e o controle judicial de constitucionalidade dos atos legislativos e executivos. In _____. *Rui Barbosa combatente da legalidade*. Salvador: Academia Brasileira da Bahia/COPENE, 1999, p. 21-38. [O original é de 1983.]

WILEMAN, J. P. *Brazilian exchange: the study of an inconvertible currency*. Buenos Aires: Irmãos Galli, 1896.



A organização do acervo de Dalcídio Jurandir: pistas sobre o processo de criação de seus romances

Paula Roberta Gomes da Silva (Letras/UFRJ)

Projeto: Acervo Dalcídio Jurandir

Orientadora: Soraia Reolon Pereira (Setor: Pesquisa Ruiana)

Bolsista Faperj

Desde a fundação do Instituto Dalcídio Jurandir (IDJ), em julho de 2003, quando a família do autor doou à Casa Rui o acervo documental e os livros do autor, a pesquisadora Soraia Reolon tem se dedicado ao estudo das obras do escritor paraense e desenvolvido projetos em parceria com o IDJ. O projeto "Acervo Dalcídio Jurandir" faz parte de um conjunto extenso de ações como: a republicação dos onze romances do autor em edições fidedignas (que teve como ponto de partida o lançamento do romance *Belém do Grão-Pará* em 2005 – trabalho de Soraia Reolon e Marta de Senna), a publicação de um livro biográfico e crítico sobre o autor intitulado *Dalcídio Jurandir, um romancista da Amazônia – Literatura & Memória* (que foi lançado em dezembro de 2006 – pesquisa de Soraia Reolon, Ruy Pereira e Benedito Nunes) e a futura preparação do Inventário Dalcídio Jurandir. Todos esses trabalhos derivam da iniciativa de investigar e organizar o arquivo literário doado.

O objetivo fundamental desse projeto é organizar o acervo para disponibilizá-lo ao público e possibilitar a pesquisa sobre o autor e sua obra, assim como fornecer subsídios para as edições críticas de seus romances. Outra meta é estabelecer relações entre a organização do acervo e a pesquisa através de entrecruzamentos de documentos e a construção de leituras. Por tratar-se da



investigação e organização de acervo literário, o projeto se enquadra na linha de pesquisa "Literatura e Memória".

Pretendo neste trabalho fazer um breve relato da organização do acervo e mostrar como os documentos se constituem em relevantes fontes primárias de consulta para pesquisas e como eles possibilitam a construção de conhecimento, a produção de leituras e análises críticas inéditas sobre o ganhador do Prêmio Machado de Assis, pelo conjunto da obra: o Ciclo do Extremo Norte.

O projeto apresenta prazo total de 24 meses e foi dividido em dez etapas. As cinco primeiras já foram cumpridas no primeiro ano de bolsa: 1ª) estudo biobibliográfico referente a Dalcídio; 2ª) estudo bibliográfico sobre correspondência, crítica textual e sobre o modelo de arranjo arquivístico do AMLB; 3ª) leitura prévia e separação dos documentos em séries; 4ª) acondicionamento dos documentos, descrição e resumo dos mesmos, perfazendo um total de 2.600 documentos. Nesta etapa, couberam-me as séries Produção Intelectual do Titular, Produção Intelectual de Terceiros, Documentos Pessoais, Documentos Complementares e Diversos; 5ª) complementação da seleção de documentos e digitação dos mesmos para integrarem o livro biográfico e crítico sobre o autor.

Já no segundo ano do projeto, ocorreu a organização definitiva das séries Publicações na Imprensa e Correspondência, através das seguintes atividades: para cada série, conferir a classificação, completar a descrição dos documentos, estudar as respectivas planilhas e informatizar os dados, através da digitação das planilhas. Foi feito o acondicionamento definitivo dos recortes de jornais nas pastas DE DJ, SOBRE DJ, SOBRE A REGIÃO NORTE, SOBRE DJ (e amigos) POST-MORTEM e ASSUNTOS DIVERSOS.

Através da organização de documentos de DJ, pude conhecer melhor sua atenção ao apuro composicional e suas pesquisas para a construção de suas obras ficcionais. Daí, então, surgiu o título de minha comunicação. Dentre os



documentos organizados, selecionei alguns que evidenciam o trabalho de pesquisa do autor marajoara.

Assim, os documentos de Dalcídio Jurandir nos deram a chance de construir uma leitura sobre sua vida e também nos mostraram uma nova cultura, a do Extremo Norte, que é desconhecida por muitos no Brasil

Referências bibliográficas

- BORDINI, Maria da Glória. A restituição da totalidade em meio à dispersão pós-moderna. Rio de Janeiro, 2005. Trabalho apresentado na Mesa Redonda “Arquivos Pessoais: Pesquisa e tratamento teórico-crítico”.
- PEREIRA, Soraia F. Reolon. Dalcídio Jurandir e o Ciclo do Extremo Norte: Identidade e exclusão. Rio de Janeiro, 2003. Trabalho apresentado no Seminário A Produção Científica em Centros de Pesquisa.
- PEREIRA, Soraia F. Reolon; PEREIRA, Ruy; NUNES, Benedito. *Dalcídio Jurandir, um romancista da Amazônia – Literatura & Memória*. Belém: SECULT; Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa.
- VASCONCELOS, Eliane. *Arquivo-Museu de Literatura Brasileira: um sonho drummondiano*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002.



O Amplexo: triunfos de um Brasil Moderno

Pedro Krause Ribeiro (História/UFF)

Orientador: Luís Guilherme Sodré Teixeira (Setor de História)

Projeto: Charges de Rui em Haia

Bolsista FCRB/Faperj

Este trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão sobre as charges como fontes primárias ricas para a percepção de um determinado momento da história. Esta reflexão crítica é facilitada pelo projeto no qual estou envolvido junto com o pesquisador Luiz Guilherme Sodré Teixeira, que nos rendeu uma coletânea de charges intitulada *Rui, a Águia de Haia*, ainda em trâmites para possível publicação. A elaboração deste projeto visa a comemoração do centenário da Conferência da Paz de Haia, uma das primeiras situações de sucesso internacional da jovem República, em 1907.

Primeiramente, selecionamos imagens no acervo da biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa (coleção Plínio Doyle) e na Biblioteca Nacional, realizando uma análise quantitativa. Localizamos posteriormente uma dificuldade a ser sanada, a necessidade de uma breve contextualização da Conferência e de seus principais aspectos, a fim de que o leitor da coletânea pudesse compreender as obras dos chargistas. Assim, subdividimos as charges em 9 subtemas: A partida de Rui, Rui e o Barão, Rui e o *Zé Povo*, Rui e a República de barrete frígio, Rui na Conferência, Rui, *Tio Sam* e *John Bull*, Conflitos Diplomáticos, Rui, a Águia de Haia, e Rui e a propaganda, sempre relacionando os temas com textos relevantes para a sua compreensão.

Rui foi caricaturado ao lado de figuras simbólicas, como os tipos nacionais *John Bull*, *Tio Sam* e o *Kaiser*, assim como com a *República-mulher*, vista como um símbolo pouco popular, mas que nesse momento particular foi



apoiada pelos chargistas brasileiros, e com o *Zé Povo*, retrato da *belle époque*, que sofria de fascínio e terror pelo poder e pelas inovações da *urbe*, e que se sentiu entusiasmado com a participação do baiano na Conferência. Destaca-se também a relação de Rui com a *diplomacia Rio Branco*, que além da formalização das fronteiras brasileiras, redesenhou a articulação do país com outras nações no que tange o comércio e diplomacia, como na aproximação com os Estados Unidos. Com papel fundamental, o barão traçou as diretrizes e caminhos percorridos por Rui na Conferência, tanto nos momentos em que apoiou os Estados Unidos como naqueles em que criticou a potência americana e a Argentina.

É interessante notar o surgimento de canais de boataria, que através das fofocas depreciativas (*blame gossip*), frente às investidas do chanceler argentino Estaneslau Zeballos e de seu delegado em Haia, Drago, mantiveram e reforçaram os vínculos grupais existentes, fortalecendo uma comunidade política brasileira. A perspectiva da troça a Zeballos e as fofocas elogiosas (*pride gossip*) ao barão nos levam a pensar que os cronistas gráficos fizeram parte de uma imprensa *baronista*, em contraposição ao que chamavam de imprensa *zeballista*, considerada “brasilófoba”, de apoio a Zeballos.

As charges referentes a Haia têm caráter patriótico, pois para esses chargistas a nação era *a priori* uma estrutura incontestável que objetivava o “progresso”. O apoio ao momento era reflexo do sucesso dessa investida internacional de Rio Branco. Por isso, as charges se tornam “a favor”, algo pouco analisado pelos estudos do humor, que o concebem como transgressor (TEIXEIRA, 2005). Frente à complexa modernidade, que fascina e aterroriza, os chargistas ora apoiavam as “medidas do progresso”, ora as criticavam pela virulência e opressão. Antes de pensar as charges como fonte, devemos, primeiramente, repensá-las como *constructo* social de um determinado contexto, como linguagens carregadas de ideais e ideologias (BAKHTIN, 1979).



Referências bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem – problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BURNS, E. Bradford. As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República. In: FAUSTO (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III, vol 2, O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições (1889-1930). Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1978.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *A política externa brasileira: 1822-1985*. São Paulo: Ática, 1986.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. 4v. São Paulo: J. Olympio, 1963.
- PAMPLONA, Marco Antônio. “A questão nacional no mundo contemporâneo”. In: FILHO, D. Aarão Reis, FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). *O século XX – o tempo das dúvidas*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 185-204.
- SILVA, Marco Antônio A. da. *Caricata República: Zé Povo e o Brasil*. São Paulo: Marco Zero, 1990
- TEIXEIRA, Luís Guilherme Sodré. *A charge anticlerical nas revistas ilustradas da Monarquia*. 2004 (mimeo).
- _____. *Sentidos do humor, trapaças da razão: a charge*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.



Tratamento do arquivo do Conselho Federal de Cultura

Rafael de Castro Nogueira (Arquivologia/UFF)

Projeto: A ação federal na cultura: memória e história

Orientadora: Lia Calabre – Setor de Estudos de Política Cultural

Bolsista FCRB/Faperj: – nov/2007 a out/2007

As ações do CFC e sua importância para a cultura brasileira são o objeto de estudo de projeto de pesquisa em história desenvolvido pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Intitulado “*A ação federal na cultura: memória e história*”. Este projeto tem como principal objetivo resgatar a história da ação federal no campo da cultura a partir do trabalho de recuperação do arquivo do conjunto dos conselhos federais de cultura que existiram entre 1932 e a década de 1990. O acervo é relevante, pois contém documentos com as medidas e planos feitos pelo Governo Federal na área da cultura, além das propostas e estudos feitos por grandes intelectuais brasileiros, que atuavam no CFC como conselheiros. Acreditamos que o estudo dessa documentação possa direcionar ações futuras na área da gestão pública da cultura.

Ao começarmos o trabalho, procuramos organizar a documentação cronologicamente. Quando observamos a existência de um volume razoável de documentos já identificados, passamos a organizar a documentação também por tipologia. Os documentos produzidos pelo Conselho Federal de Cultura, em sua maioria, estão em estado de conservação insatisfatório, o que impede sua disponibilização aos pesquisadores e ao público em geral. Esse fato ocorreu devido ao descaso sofrido pelo acervo nos anos seguintes à extinção do Conselho.

Com o tempo, os documentos foram se acumulando no local, e misturados com documentos provenientes de outros órgãos. Por isso, os armários e gavetas estão lotados de documentos, com uma identificação superficial ou nenhuma



identificação. A documentação e as publicações estavam empilhadas, o que contribui para o desenvolvimento das pragas que atingiram o acervo, favorecendo a ocorrência de rasgos e danos nas superfícies quando “puxados”, além de dificultar o acesso dos técnicos para consulta e trabalho de limpeza e catalogação dos itens documentais.

Encontramos diversos tipos documentais, como atas, relatórios, processos, ofícios, correspondências, pastas contendo documentos pessoais de conselheiros, documentos iconográficos (fotografias), documentos referentes a convênios de instituições culturais com o CFC, recortes de jornais, etc. Também identificamos documentos que não tinham relação nenhuma com o Conselho, e que irão passar por uma avaliação futura, quanto à sua relevância para o acervo.

Toda a documentação está sendo listada no momento da identificação, para facilitar a elaboração de um instrumento de pesquisa, futuramente.

A higienização dos documentos é necessária, visto que a maior parte do acervo se encontra empoeirada. Essa atividade é feita com o auxílio de uma máquina própria para a higienização. Algumas medidas também foram implementadas para a melhoria do estado de conservação do acervo: 1. Todo tipo de material que possa vir a danificar o documento (como barbantes, grampos e clips metálicos) é retirado e substituído por outro que não prejudique a documentação. Estamos utilizando materiais que não provocarão danos futuros aos documentos, como clips e “bailarinas” de plástico. 2. Procuramos, também, fazer uma primeira identificação dos documentos, organizando-os por tipologia e por data. 3. Atribuímos códigos provisórios aos documentos, para facilitar a identificação dos mesmos. 4. Todos os documentos, após serem identificados e higienizados, são acondicionados dentro de folhas duplas, evitando assim a ação direta da poeira sobre eles. 5. Para evitar a ação da poeira e da luminosidade presente no ambiente, começamos a utilizar caixas-arquivo para armazenarmos os documentos já identificados. Boa parte dos documentos que estavam separados nas



estantes foi armazenada nessas caixas, sendo organizados cronologicamente e por tipologia. Essa medida auxilia também na organização e identificação do arquivo e na liberação de espaço físico. Na atual fase do trabalho estamos apresentando um diagnóstico sobre o estado da documentação e uma tipologia da mesma.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. Identificação de documentos em arquivos públicos. *Publicações Técnicas*, Rio de Janeiro, n. 37, 1985.

CALABRE, Lia. A ação federal na cultura: o caso dos conselhos. (mimeo)

_____. *A cultura e o Estado: as ações do Conselho Federal de Cultura*. (mimeo)

_____. O Conselho Federal de Cultura – 1971-1974. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 37, janeiro-junho de 2006, p. 81-98.

JOLY, Maria Cristina. Sugestões para uma boa conservação de papéis. Trabalho apresentado durante o Treinamento Interno de Conservação, Higienização, Preparo e Acondicionamento de Documentos Gráficos, 2006, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.



Indústrias culturais: a análise dos relacionamentos na cadeia produtiva do livro

Raul Loureiro De Bonis Almeida Simões (Engenharia de Produção/UERJ)

Projeto: Memória e História. Gestão Cultural no Brasil. Modelos e desafios

Orientadora: Lia Calabre (Setor de Política Cultural)

Bolsista FCRB

O presente texto consiste em um resumo compreendendo os principais aspectos contidos no projeto de pesquisa Política Cultural: memória e história. Gestão cultural no Brasil, Modelos e desafios, desenvolvido pelo autor na condição de bolsista. O referido projeto trata da gestão cultural na perspectiva da aplicação de novos modelos de gestão. Serve ainda como base da monografia de final de curso, na qual é realizado um estudo de caso referente à cadeia produtiva do livro.

A motivação pelo tema decorreu da constatação de que existe uma real necessidade no setor quanto à melhoria dos níveis de profissionalização do gestor cultural no Brasil, assim como da aplicação de novos modelos de gestão, de forma a atender à maior complexidade que se observa no contexto das organizações contemporâneas. Decorreu também da constatação da existência de poucos estudos sobre a questão.

O principal objetivo da pesquisa tem sido identificar e caracterizar novos modelos de gestão e confrontá-los com necessidades de aprimoramento no campo da gestão observadas no domínio da cultura.

A metodologia de pesquisa adotada consistiu em levantamento bibliográfico sobre os temas gestão, modelos de gestão e gestão cultural, com a finalidade de obter elementos de análise que permitiram tirar conclusões sobre a aplicação desses novos modelos na área cultural.



Dada a diversidade no setor cultural, no que diz respeito aos tipos e tamanhos de organizações existentes, preferiu-se, num primeiro momento, estudar aquelas ligadas à produção industrial de bens culturais.

Neste sentido, foi escolhida para estudo de caso a cadeia produtiva do livro, onde são destacados a estrutura de cadeia, os principais agentes envolvidos, bem como as relações entre seus elos principais.

A abordagem dada às relações entre os elos tem como enfoque o *Capital Relacional*, que representa uma das dimensões propostas no estudo do *Capital Intelectual*, e que se refere às relações externas às organizações, ou seja, entre elas. Buscou-se identificar também as conseqüências que novos suportes tecnológicos produzem nesta indústria, e por fim, a dimensão econômica desse setor.

Cabe ainda destacar que o tema em questão corresponde a um campo novo e promissor, demandante de pesquisas que possam nortear ações de políticas públicas, seja para a modernização das práticas de gestão ainda adotadas, seja para alavancar reflexões acerca da formação de profissionais que executarão a função de gestor no setores público e privado.

Reforça esta conclusão o fato de que a bibliografia sobre o tema, no Brasil, é bastante recente e ainda escassa, assim como é recente o surgimento dos primeiros cursos de formação com finalidade específica, que datam de meados da década de 90.

Da mesma forma, só nos últimos anos vêm sendo realizados esforços que prometem identificar de maneira mais consistente o verdadeiro potencial do setor cultural como agente de desenvolvimento econômico e social. Dados do IBGE apontam para um panorama bastante animador, segundo o qual 10% dos empregos formais, no Brasil, estão relacionados à cultura.

Finalmente, pretende-se apresentar um conjunto de proposições para novos trabalhos de pesquisas que permitam mais especificamente análises e conhecimentos relacionados ao gestor público de cultura.



Referências bibliográficas

- CALABRE, Lia (org.) *Políticasulturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.
- DÓRIA, Carlos Alberto. *Os federais da cultura*. São Paulo: Biruta, 2003.
- DURAND, José Carlos. Profissionalizar a administração da cultura. *Revista de Administração de Empresas*. V.36, n. ° 2. São Paulo: FGV, abril/maio/jun, 1996.
- IBGE. *Sistema de informações culturais: 2003/IBGE*. Rio de Janeiro; IBGE, 2006.
- LEITÃO, Cláudia (org.). *Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade*. Fortaleza: 2003.
- RUBIN, Linda (org.) *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA, 2005.
- SILVA. Frederico A. Barbosa da. Notas sobre o sistema nacional de cultura. Brasília, IPEA, Textos para discussão n. ° 1080. IPEA, março, 2005.
- UNESCO. *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. Brasília: Unesco Brasil, 2003.



Acervos literários brasileiros: Silveira Neto

Renata Silva Santos (Letras/PUC-Rio)

Projeto: Acervos literários brasileiros: Silveira Neto

Orientadora: Eliane Vasconcellos (Arquivo Museu de Literatura Brasileira)

Bolsista PIBIC/CNPq

1. Introdução

O presente relatório trata do acervo de Silveira Neto, autor representativo do Simbolismo brasileiro. O movimento simbolista, vale lembrar, teve origem na França, na segunda metade do século XIX, como reação à forma estética do Parnasianismo, que, na visão dos autores simbolistas, deixava o conteúdo em segundo plano.

Silveira Neto é quase desconhecido do grande público e pouco lembrado nos meios escolar e acadêmico. Tasso da Silveira, filho de Silveira Neto, revela algumas informações sobre a vida e obra do escritor:

Silveira Neto, Manuel Azevedo da Silveira Neto, nasceu na cidade de Morretes, no litoral paranaense. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1947. Seu corpo, inumado no cemitério de São Francisco Xavier, ali permaneceu até há bem pouco. Reclamaram os morretenses a posse de seus restos mortais. E estes foram transladados do Caju para a cidade natal a 1º de maio do corrente ano. Em Morretes há um monumento de praça pública e um belo estabelecimento normal colegial erguidos em honra à memória do cantor de *Luar de inverno*. Várias celebrações se realizaram por iniciativa do ilustre prefeito da cidade e da diretoria da escola normal referida, com a participação da juventude escolar e de caravanas de escritores e idas do Rio, de Curitiba e de Paranaguá. Na parede do saguão da escola normal foi embutida uma plaqueta em bronze com a efígie do poeta e seus restos mortais ficaram repousando aos pés do monumento que exprime a gratidão do povo morretense ao seu poeta maior.



2. Objetivos gerais

O projeto tem como objetivo inserir o acervo de Silveira Neto no banco de dados da FCRB, para que as informações referentes à sua obra possam ser consultadas e analisadas por pesquisadores e outros interessados.

3. Metodologia

Preliminarmente fez-se o estudo biobibliográfico do autor. Em seguida, passou-se à ordenação do acervo, que foi separado em séries de documentos, segundo o modelo adotado pelo AMLB:

- Correspondência Pessoal (CP): cartas, bilhetes, cartões, postais, etc. recebidos e emitidos pelo titular.
- Correspondência Familiar (Cf): correspondência de pessoas ligadas por laço de parentesco, podendo ou não ter sido remetida ao titular.
- Produção Intelectual do Titular (Pi): poemas, ensaios e outros trabalhos produzidos pelo titular.
- Documentos Pessoais (Dp): certidões, recibos, títulos de nomeação e outros documentos do titular.
- Iconografia (I): retratos e um caderno de desenho.
- Produção Intelectual de Terceiros (Pit): artigos, ensaios, discursos e demais escritos de outros autores, preservados pelo titular do acervo.

Concluídas separação e organização da massa de documentos, as informações foram inseridas na base de dados da Fundação Casa de Rui Barbosa.

4. Referências bibliográficas

MURICY, Andrade. *Panorama do movimento simbolista brasileiro*. São Paulo: Perspectiva, 1987. Vol.1.



SALES, Cecília Almeida. *Crítica genética*. São Paulo: EDUC, 1992.

SOUSA, Cruz e. *Obras completas*. Rio de Janeiro: J. Aguilar, 1961.

_____. *Últimos sonetos*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

VASCONCELLOS, Eliane. Carta missiva. *Remate de Males*, Revista do Departamento de Teoria Literária. Campinas (SP), Unicamp, 1998, n. 18, p. 61-70.



Identities Contrastivas: a inserção do português na Primeira República

Robertha Pedroso Triches (História/UFF)

Orientadora: Isabel Lustosa (Setor de História)

Projeto: O Português da Anedota

Bolsista FCRB

Na virada do século XIX para o XX o Brasil é palco da expressiva entrada de imigrantes que, em busca de trabalho, se espalham pelo país ajudando a compor a nova e heterogênea realidade social brasileira. Nesse contexto, destaca-se o grupo dos portugueses, em sua maioria jovens que vinham das regiões mais pobres de Portugal na esperança de *fazer a América*. A cidade do Rio de Janeiro torna-se, nesse sentido, objeto privilegiado de análise, pois é principalmente pelas suas ruas que circulam esses novos tipos sociais, disputando no espaço público as suas marcas de pertencimento e identidade (VELLOSO, 2004). É nessa cidade híbrida que fomos buscar a figura do português, interessando-nos compreender como ele se inseriu na pretendida modernidade carioca e qual a imagem que a Primeira República produziu desse nosso “velho irmão”.

Essa pesquisa, estruturada em torno do tema “A formação dos estereótipos dos portugueses”, tem sido feita basicamente nos periódicos do início do século XX, privilegiando instituições como a Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa, a Biblioteca Nacional e o Real Gabinete Português de Leitura. A metodologia do trabalho consistiu na análise das charges e das crônicas, entendendo-as como fontes importantíssimas para percebermos a sensibilidade de uma época. Um primeiro olhar das fontes mostrou que a presença portuguesa na capital ora foi louvada como o símbolo do trabalho e da ordem, ora foi vista como o exemplo vivo do atraso e da ignorância. É na versão negativa que concentramos nossos olhares.



O sentimento antilusitano apresentou-se de forma mais crítica no discurso jacobino. Denunciando o enriquecimento dos portugueses como proporcional ao agravamento da situação de pobreza nacional, criaram determinadas imagens que contribuíram para a construção dos estereótipos, caracterizando o tipo como um ser ignorante, bronco, avarento, inescrupuloso nos negócios, enfim, representante perfeito do atraso e do imobilismo de que o Brasil tanto queria se afastar. Mas isso não se restringiu aos jacobinos. Nas ruas da capital, a nacionalidade brasileira era firmada via o antilusitanismo, na participação de conflitos em que se questionavam os direitos portugueses, nos xingamentos e na repulsa a tudo que vinha de Portugal. Era um *nacionalismo às avessas*, pois ser brasileiro era negar o que era português (RIBEIRO, 1987).

Todo esse debate vai acontecer ao mesmo tempo que os intelectuais, influenciados pelas modernas teorias científicas, estarão discutindo o Brasil e sua inserção no contexto da modernidade. Nas primeiras décadas do século XX um novo discurso sobre a nacionalidade começa a se consolidar, destacando a miscigenação e a diversidade cultural como particularidades nossas, gerando a idéia de convívio harmônico das diferenças, que mais tarde vai ser consagrada por Gilberto Freyre na expressão “democracia racial”. Ficava a questão de qual papel deveria ser atribuído a cada elemento da mistura. Algumas obras importantes têm buscado refletir sobre a inserção dos mestiços e negros na construção da identidade nacional, mas poucas têm discutido de fato o papel que o português vai ocupar nesse momento à luz de um projeto maior de construção da nação. E é para essa discussão que tenho me dirigido.

O objetivo é analisar a produção dos intelectuais-humoristas dessa época, partindo da idéia de existência de uma dimensão política em suas propostas estéticas, na medida em que estão sempre elaborando interpretações da realidade social. Entendo que o humorista está o tempo todo absorvendo os diversos discursos e debates presentes em sua sociedade e discutindo isso através de seu



trabalho. Nesse sentido, ao olharmos para essa produção intelectual das primeiras décadas da República, em que a figura do imigrante português é ridicularizada, percebemos um esforço desses intelectuais em construir um projeto de nação. Esta investigação quer revelar qual é esse projeto de nação desenvolvido pelos caricaturistas, em especial, que está assentado na idéia de “identidades contrastivas” (AZEVEDO, 2003), uma vez que vão estar inventando o “brasileiro” a partir da negação do que é português.

Nesse caso, percebo um esforço desses intelectuais em propor uma nova narrativa para a história do país, em que o papel do português é diminuído em sua importância. A nação que estão discutindo, do progresso e da civilização, deve afastar-se de seus antigos colonizadores, considerados portadores do atraso econômico e do tradicionalismo. Assim, ao trabalharmos com a questão da identidade/alteridade, discutimos também o processo de construção de uma identidade brasileira, mostrando uma das muitas possibilidades de intervenção intelectual naquela sociedade.

Referências bibliográficas

- AZEVEDO, Cecília. “Identidades compartilhadas: a identidade nacional em questão”. IN: ABREU, Martha & SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. 4v. São Paulo: J. Olympio, 1963.
- LUSTOSA, Isabel. *Brasil pelo método confuso: humor e boêmia em Mendes Fradique*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.
- RIBEIRO, Gladys. “Cabras” e “pés-de-chumbo”: os rolos do tempo. *O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1890-1930*. Niterói, dissertação de mestrado, UFF, 1987. (MIMEO)
- VELLOSO, Mônica Pimenta. *A cultura das ruas no Rio de Janeiro (1900-30): mediações, linguagens e espaços*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2004.
- _____. *Modernismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.



A língua nacional e a educação na formação do Império do Brasil

Vanessa Barbosa do Nascimento (História/PUC-Rio)

Projeto: Entre o tupi e “geringonça luso-africana”, eis a língua brasileira: sentidos de mestiçagem e identidade nacional no Império.

Orientadora: Ivana Stolze Lima

Bolsista CNPq (Pesquisador)

Ao pensar o século XIX e as grandes transformações ocorridas no decorrer dele, não podemos deixar de nos ater às questões políticas que marcaram tão vivamente este século. É neste momento que o Estado se constrói, cabendo a ele a função de promover a união, não somente territorial, mas também cultural e lingüística, o que marca o processo de institucionalização da nacionalidade.

A pesquisa orientada por Ivana Stolze Lima se propõe a pensar a questão da língua como parte de uma teia de estratégias que contribui para forjar a construção do Estado nacional. Sendo assim, é interessante perceber as representações acerca da língua no Brasil como parte de um jogo de identidades construídas, em que os conflitos internos devem ser considerados. A construção de uma língua nacional teve que lidar com as variadas formas de diversidade social, lingüística, étnica, regional e racial, impondo uma unidade e, com isso, assegurando os princípios hierárquicos característicos de uma sociedade monárquica escravista.

Metodologicamente, escolhemos mesclar leituras teóricas e historiográficas com a pesquisa e análise de fontes primárias, especificamente os Anais da Câmara dos Deputados, que se encontram no acervo da Fundação Casa de Rui de Barbosa, referentes aos anos de 1826, 1827 e 1831.

Para identificar a questão da nacionalidade lingüística nos debates parlamentares, tomamos como critério as discussões acerca da instrução pública,



do tráfico de africanos e da escravidão, da nacionalização de estrangeiros, e as formas de denominação dadas à língua.

Foi possível perceber como, nos anos que se seguem à Independência, os deputados estavam empenhados na busca de uma identidade nacional. Daí a sua grande mobilização em torno das questões da instrução pública, que iria ensinar hábitos intelectuais e morais, além de propagar imagens de unidade e nacionalidade para, dessa forma, elevar o país à condição do que consideravam uma nação civilizada.

Em relação à nomeação da língua, esta documentação é muito especial. Os taquígrafos registravam o que estava sendo dito no fervor das discussões, o que nos revela os sentimentos e paixões que permeavam aquele tempo vivido. Em meio aos discursos, podemos ver os deputados fazerem referências à “língua nacional”, “língua brasileira”, “língua portuguesa”, “nossa língua”, “língua própria”, “língua que falamos”, e até mesmo “língua materna”, indicando que havia uma forte mobilização relacionada à nomeação da mesma. A pesquisa percebe que a construção do “nacional” ainda estava por se firmar, e mais, que os discursos políticos seguiam acreditando na edificação desta unidade.

Referências bibliográficas

Anais da Câmara dos Deputados de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Real Instituto Artístico, 1874.

Anais da Câmara dos Deputados de 1827. Rio de Janeiro: Tipografia de Hipólito José Pinto e Cia, 1875.

Anais da Câmara dos Deputados de 1831. Rio de Janeiro: Tipografia de H. J. Pinto, 1878.

BERENBLUM, Andréa. *A invenção da palavra oficial. Identidade, língua nacional e escola em tempos de globalização*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CUNHA, Celso. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1972.

LIMA, Ivana Stolze. *Cores, marcas e falas. Ssentidos de mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema - A formação do Estado*



Imperial. São Paulo, Hucitec, 1987. 1990, 2ª ed.

RODRIGUES, José Honório. The victory of the Portuguese language in colonial Brazil. In: HOWER, Alfred; PRETO RODAS, A. Richard (org.). *Empire in transition. The Portuguese world in the time of Camões*. Gainesville, 1985.

SUSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial / UNICAMP, 1994.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



Estado e cultura nos governos militares: o caso do conselho Federal de Cultura (1966-74)

Vanessa Carneiro da Paz (História/UFF)

Projeto: História e Memória. Setor de Políticas Culturais.

Orientadora: Lia Calabre

Bolsista PIBIC/CNPq

Esta pesquisa tem como objetivo estudar a ação federal no campo da cultura durante os governos militares, mais especificamente, o caso do Conselho Federal de Cultura entre os anos de 1966 e 1974. Trata-se de uma tentativa de entender como se davam as propostas de políticas públicas culturais desenvolvidas pelo Estado, bem como realizar a recuperação da história deste órgão, que tinha como uma de suas competências a formulação da política cultural do país.

Nos moldes do Conselho Federal de Educação, foi criado pelo Decreto Lei nº74, de 21 de novembro de 1966, o Conselho Federal de Cultura, que buscou reunir em seu colegiado representantes das diversas regiões do país. Nas palavras daquele que veio a ser o primeiro presidente da instituição, Josué Montello: "O Conselho Federal de Cultura deveria atender as peculiaridades regionais, sem prejuízo de ser o órgão governamental destinado a defender, estimular e coordenar nas suas linhas-mestras um plano nacional" (ADONIAS FILHO, 1966).

Enquanto órgão normativo e de assessoramento do ministro do Estado, ao Conselho Federal de Cultura cabiam atribuições como articular-se com os órgãos estaduais, federais e municipais; promover campanhas nacionais que buscassem o desenvolvimento cultural e artístico; e também elaborar o plano nacional de cultura.

Quanto ao período no qual se inscreve o CFC, podemos declarar que se apresentou como uma "realidade multifacetada, móvel e transitória", dado o golpe



de Estado que produziu transformações brutais na sociedade brasileira. Mas, é necessário lembrar que essa ruptura com a democracia no país estava de acordo como o contexto internacional bipolar, nos agitados anos 1960. Tal agitação foi promovida não somente pela mudança de regime, mas também pela mobilização de movimentos de contestação ao Estado autoritário que, paulatinamente, dava forma a seu projeto repressivo.

Todavia, mesmo vivendo um crescente clima de repressão e censura, a produção cultural foi bastante intensa. Como destaca Sônia Wanderley, o cinema, o teatro, a literatura e a música popular brasileira viviam um período de efervescência, marcado pela criatividade, ousadia e, principalmente, pela crença na capacidade popular de mudar, de revolucionar não apenas a arte como toda a sociedade (WANDERLEY, 2005). Para Hamilton Faria, por exemplo, foi sob a égide dos governos militares que a cultura, pensada de maneira estratégica, assumiu um caráter oficial (FARIA, 1998).

Em suma, o presente trabalho procura pensar as formas pelas quais a cultura passou a ocupar um lugar de destaque entre as políticas governamentais e também entender como se dava a relação entre Estado e Cultura nesse momento, uma vez que o período entre o final dos anos de 1960 e início de 1970 foi um momento privilegiado para o campo da ação pública cultural, constituindo-se o Estado em um dos elementos dinâmicos e definidores da problemática cultural.

Referências bibliográficas

- BRASIL. Decreto nº. 74, de 21 de novembro de 1966.
ADONIAS, Filho. O Conselho Federal de Cultura.
BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural, 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000.
CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais conseqüências econômicas. In: *1964-2004: 40 anos do Golpe: Ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.



FARIA, Hamilton. “As leis de incentivos fiscais a cultura”. In: FRANCESCHI, Antonio (et al). *Marketing cultural: um investimento com qualidade*. São Paulo, Informações culturais, 1998, apud SILVA, Wanderli Mº da. *A construção da política cultural no regime militar: concepções, diretrizes e programas (1974-1978)*. São Paulo: USP, Departamento de Sociologia, Dissertação de Mestrado, 2001

WANDERLEY, Sônia. Doutrina de Segurança Nacional, políticas públicas e televisão nos anos 70. In: CALABRE, Lia. *Políticas culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.